UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADA DEPARTAMENTO DE
SERVIÇO SOCIAL CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL

AMANDA TUANNE LIMA

RAÇA E GÊNERO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: reflexões e diálogos contemporâneos

Recife
2024

AMANDA TUANNE LIMA

RAÇA E GÊNERO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: reflexões e diálogos contemporâneos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de graduação em Serviço Social.

Orientadora: Profª. Drª. Tatiane Michele Melo de Lima

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Amanda Tuanne .
Raça e Gênero na formação em Serviço Social: reflexões e diálogos contemporâneos / Amanda Tuanne Lima. - Recife, 2024.
61 p., tab.

Orientador(a): Tatiane Michele Melo de Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2024.

1. Raça . 2. Gênero . 3. Serviço Social. 4. Formação profissional.. I. Lima, Tatiane Michele Melo de. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

AMANDA TUANNE LIMA

RAÇA E GÊNERO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: reflexões e diálogos contemporâneos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito no para obtenção do título de graduação em Serviço Social.

Aprovado em: 05/04/2024

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Tatiane Michele Melo de Lima (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra.Vivian Matias dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho às minhas tias Elza e Taula (in memoriam) por sempre acreditarem na minha força e na mulher preta que me tornaria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aquele que me protege e me acompanha e não me deixa andar só.

À minha família que faz descansar em lugar seguro de amor e confiança.

Aos laços de amizade que construí durante minha passagem pela universidade, em especial minha amiga Samanda por seu apoio, carinho e incentivo que foram uma fonte importante de motivação.

À minha amiga de mais de uma década Larissa, por estar do meu lado todos esses anos e sempre acreditar no meu potencial e pela seu carinho e parceria incondicional

Aos meus queridos amigos da minha antiga universidade Jeferson, Adrielly, Jéssica que sempre estiveram presentes nas formas de trocas, alegrias e incertezas nos momentos mais decisivos.

Aos amigos que compartilho a quilômetros de distância, mas que sempre se fizeram presentes em minha vida.

As mulheres que me fortaleceram na academia: as professoras Vivian Matias, Flávia Clemente que me presentearam com novas descobertas na formação e na vida, a Sandra Batista pelos conselhos desde do início da formação, a minha antiga supervisora de estágio e assistente social do NAEST Macelani Renata por representar um papel excepcional e uma inspiração no exercício da profissão

À minha psicóloga do NASE Rebeka Carneiro por me ouvir em todas as sessões e me fortalecer para este momento e por último, mas igualmente importante, minha orientadora para este trabalho Tatiane Melo pelas trocas potentes, compreensão e apoio.

“Eu perdi o medo da chuva pra poder me reencontrar, a metade dessa vida que não me deixaram usar.” Liniker, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo entender, refletir e dialogar sobre como raça e gênero estão sendo apresentados na formação em Serviço Social. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa exploratória e bibliográfica, através do levantamento dos perfis curriculares para identificar o quantitativo das disciplinas que abordam as categorias gênero e raça, e da análise dos artigos sobre essa inserção na formação em Serviço Social. Dos resultados obtidos, sublinhamos a corporeidade emitida pela força motriz dos estudos de raça e gênero no adensamento teórico para a profissão. Outrossim, invocamos a integração dessas temáticas nos painéis de debate vinculados ao exercício profissional e sua intensa disputa epistemológica nos espaços dos saberes.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Serviço Social; Formação profissional.

ABSTRACT

This research aims to understand, reflect and dialogue about how race and gender are being presented in Social Work training. The methodology used was based on exploratory and bibliographical research, through the survey of curricular profiles to identify the number of disciplines that address the categories of gender and race, and the analysis of articles about this inclusion in Social Work training. From the results obtained, we highlight the corporeality emitted by the driving force of race and gender studies in the theoretical consolidation for the profession. Furthermore, we invoke the integration of these themes in debate panels linked to professional practice and their intense epistemological dispute in the spaces of knowledge.

Keywords: Race; Gender; Social Work; Professional qualification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2. Raça e gênero: um norte teórico para a questão social 14

2.1 Os atravessamentos das relações étnico-raciais e a questão social 14

2.2 Entre embates e debates dos estudos feministas e o Serviço Social 17

2.3 A geografia da questão de gênero que atravessa o atlântico 20

3. 1 Colonialidade do poder e de gênero 25

3.2 Movimento negro brasileiro: urgência nos debates e suas contribuições para as ciências sociais 29

3.3 As manifestações artísticas como expressão da cultura negra no Brasil 34

4 As narrativas contadas sobre o negro na educação escolar e as possibilidades da descolonização dos currículos no ensino superior 40

4.2 Instituições de Ensino Superior e o perfil curricular com foco em Gênero e Raça 42

4.3 Reflexões sobre a descolonização dos currículos na Formação em Serviço Social 43

4.4 SERVIÇO SOCIAL E OS ESTUDOS DE RAÇA E GÊNERO: diálogos para a descolonização dos currículos na profissão 52

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 56

REFERÊNCIAS 58

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social, como profissão e curso de graduação, tem por premissa básica conduzir o corpo discente a construir um pensamento e uma postura crítica perante as dinamicidades sociais, instaurando um caráter investigativo em seus diálogos e futuras intervenções, ao passo que venha a fomentar contribuições acerca das temáticas que envolvem os processos de trabalho. Mas não somente isso, durante a trajetória acadêmica, os futuros assistentes sociais são expostos a diversos questionamentos e elementos que compõem as expressões da questão social, este último sendo elementar em orientar as intervenções da profissão.

Logo, ao adentrarmos a discussão sobre a questão social e as expressões materializadas desse embate, bem como as aproximações potentes com as pautas etnico-raciais, gênero, teorias não hegemônicas que em conjunto potencializam os debates indispensáveis também no Serviço Social. Pois, todos esses determinantes corroboram para uma distinção dos sujeitos em espaços na sociedade. Entendemos que tanto raça como gênero ditam quais espaços serão ocupados por esses indivíduos. Sendo assim cabe à profissão atentar-se para esses elementos, a fim de aprofundar suas relações com o curso durante o processo formativo.

Por isso, cada vez mais se discute e reivindica-se maior abertura na diversidade de saberes dentro do Serviço Social. De acordo com o Projeto Pedagógico da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um dos objetivos específicos citados é o domínio na compreensão na tríplice das dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo conforme rege a resolução do Código de Ética da profissão de 8.662/93. Todavia, questiona-se "quais as rotas de aproximação serão utilizadas para que o perfil curricular do curso seja condizente com a pluralidade dos sujeitos e seus saberes ?"

Por essa razão, o objetivo central deste trabalho é propor uma reflexão a partir dos estudos de raça e gênero e como estes estão presentes na formação em Serviço Social nas instituições de ensino superior. Dessa maneira, os recursos partem dos seguintes pontos: Compreender e refletir como os estudos de raça e gênero estão inscritos nas instituições. Além disso, pensar em vieses de aproximação dos estudos de raça e gênero com a profissão. E com isso contextualizar a trajetória desses estudos para a profissão e sua substancialidade na apreensão da experiência empírica coletiva.

À vista disso, a escolha do tema advém de um incômodo pessoal durante o período formativo na graduação em Serviço Social por enxergar que no decorrer desse processo algumas discussões pertinentes à profissão não emergiram à superfície. Tendo o antagonismo de classes, a questão social como pontos centrais em sua práxis profissional e perceber como os estudos de raça e gênero são opressões estruturais e portanto, ineliminâveis de qualquer tentativa de compreensão da realidade social. Adicionado a isso, a própria trajetória como mulher preta periférica acabou por corroborar com as inquietações durante essa construção acadêmica.

O levantamento partiu de uma pesquisa exploratória pelas instituições de ensino superior (IES), incluindo apenas as instituições públicas no Brasil, estando dentre elas: a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A partir daí iniciamos um cruzamento de informações e acesso dos perfis curriculares através dos sistemas das próprias instituições que disponibilizam o acesso público para essas consultas quanto aos perfis curriculares do curso. Todavia, das 18 instituições de ensino consultadas apenas 13 foi possível ser feita a consulta dentre as universidades que não foi possível o acesso das informações, listamos: Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Tocantins. Observamos que num quadro comparativo entre as regiões que mais ofertam as disciplinas de raça e gênero, em primeiro posição a região nordeste totalizando 6 instituições, seguida pelas regiões sudeste e sul cada uma com 3 instituições, por fim a região norte com 2 e a região centro oeste com 1. Traçando um comparativo dos estudos de raça e gênero nas modalidades obrigatórias e optativas, os resultados obtidos, na modalidade obrigatória no que diz respeito à raça, no total de 5 o mesmo número que a modalidade optativa, já gênero aparece em maior número na modalidade obrigatória no total 8 e na modalidade optativa no total 5.

Com os dados dessa pesquisa exploratória institucional e geográfica, iniciamos uma trajetória de compreensão e reflexão, através da pesquisa bibliográfica, quanto às possibilidades que a inscrição dos estudos de raça e gênero no perfil curricular na modalidade obrigatória e além de tudo para os processos de trabalho que cercam a profissão solidificam as diretrizes curriculares articuladas pelos órgãos responsáveis a frente da profissão.

Apreender a necessidade urgente de transpassar as superficialidades oriundas de uma perspectiva focalista, paliativa e generalista que acaba por adentrar na prática profissional quando se está inscrito num ciclo repetitivo de produção e reprodução do sistema capitalista. A solução que nos cabe é debruçar nas literaturas que debatem as vias de saída e intervenções possíveis, pensando assim que para além da dimensão teórico- metodológico, a postura social crítica e o caráter investigativo provam-se auxiliadores potentes para gestão das apreensões da realidade social. Guerra (2009) discutindo sobre a necessidade de um profissional crítico-investigativo em desvelar o aparente, evidenciando que este perfil de profissional entre outras exigências deve perpassar um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional (Guerra, 2009).

Desse modo, esbarramos na urgência da inscrição da interseccionalidade nas pautas tratadas no ambiente acadêmico que confere uma relevância significativa para os estudos gestados dessa aproximação. Assim sendo, me reconhecendo como parte dessa gestação de proximidade e por entender as transcendências desveladas neste trabalho pode e muito contribuir para uma reconstrução das linhas direcionais e de pensamento quanto às categorias anteriormente mencionadas.

Com esse intuito, utilizando de uma bibliografia não hegemônica e com uma presença numérica de pensadores e pensadoras negras, busca-se responder uma parte de nossas indagações. Perceba que não estamos propondo um esvaziamento completo das temáticas abordadas, mas um nova perspectivas por meio das experiências vivenciadas na academia e os impactos de novas literaturas e com isso provocar novos incômodos e sair de um comodismo intelectual histórico e socialmente estabelecido.

Posto isso, no tópico 2 que propriamente inicia-se este trabalho nomeado Raça e Gênero: um norte teórico para questão social abrimos a discussão desvelando os nós que estão inclusos nas expressões da questão social, sendo a questão racial determinante na compreensão e como o fator raça dita os espaços ocupados pela população negra, assim como

sua ausência nesses espaços em particular o acadêmico sendo este objeto o currículo espelhando sua insuficiência. Em seguida, no tópico 3, iremos nos debruçar em primeiro momento resumidamente na questão negra no Brasil, com uma rota de correlação com períodos chave como abolicionista, pós abolicionista, a conjuntura das políticas para a população negra na particularidade brasileira. Comomitante, também será evidenciado neste trabalho o feminismo decolonial, a perspectiva dicotômica denunciada por pensadores negros com a influência do colonialismo e as heranças latentes da colonialidade para o povo preto, tendo como mobilização contracorrente do movimento negro brasileiro e sua trajetória de luta e resistência nos períodos mais sombrios da história do Brasil.

E no tópico 4, traçamos um paralelo entre a representação do negro na educação escolar e o curso dos desdobramentos dessa representatividade ou, em muitos casos, na falta dela como impacto direto na inserção da população negra nas instituições de ensino superior e como esses espaços ainda monstram certa insuficiência nas discussões relevantes sobre a figura do negro na educação superior, o papel do serviço social e sua aliança com as lutas antirracistas, do mesmo modo com a revisão dos currículos e a descolonização do conhecimento. E retoma as reflexões sobre a formação em Serviço Social e a relação com gênero e raça.

2. Raça e gênero: um norte teórico para a questão social

Nesse primeiro momento, abordaremos o caráter teórico do Serviço Social, expressado pela questão social e para além disso os desdobramentos que corroboram para as condições de sobrevida da população negra. No decorrer faremos apontamentos quanto às ausências no currículo no que tange às relações étnico-raciais e as lacunas encontradas entre os debates que o tornam apartados ao invés de aproximá-los. Uma vez que, a compreensão do fator raça é também uma apreensão da diversidade em sociedade, ao mesmo tempo que apreende a particularidade desse grupo de forma a vincular suas experiências coletivas no molde de explicitar as ações correlacionais entre ambos eixos e consequentemente a fomentação de um amplo painel de debates que integre esses marcadores na multiplicidade societária.

2.1 Os atravessamentos das relações étnico-raciais e a questão social

As primeiras publicações em revistas de Serviço Social que contemplam as "questões raciais" são datadas da década de 1970 dentre eles incluem: revistas, artigos, trabalhos de conclusão de curso, conferências, congressos e encontros, através de uma pesquisa minuciosa de Ruby Díaz (2016) Os reveses da ausência: as "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013) destaca os documentos citados na Revista Debates Sociais que publicou 72 números de 1965 a 2009. Os temas vinculados às "questões raciais" aparecem citados em três edições que, por sua vez, representam 4% do total de números publicados pela revista; esses escritos datam da década de setenta e da primeira década de 2000.

Com base nisso, observamos que o quantitativo de publicações com os temas vinculados à raça mostra-se insuficiente diante da relevância do debate para o Serviço Social, uma vez que tratar desse tema deveria constar nas pautas da profissão integralmente e não posta como um mero acessório frente aos diálogos. Ressoado à isso a revisão no currículo desponta como inadiável visto que estamos à frente de uma dinâmica múltipla social e que sem a percepção apurada acaba por perde-se diante das estratégias de escamoteamento do ideário vigente que em inúmeras oportunidades tenta por revestir as mazelas sociais sobretudo a questão racial e os atravessamentos nele contemplados são por vezes escanteados e/ou isolados do centro do debate, o que em hipótese alguma deve ocupar tal espaço.

Segundo Brito (2009) há uma "invisibilidade" no debate sobre "raça" e questão

“racial” e a “diversidade étnico - racial “ que de acordo com a autora, esses indicadores não são incluídos na agenda do Serviço Social e não são vistos pelos órgãos competente (CFESS) (Brito, 2009, p. 326). Em adição a essa invisibilidade da questão racial da qual não toma-se nota, ocasionada também pela presença massiva da branquitude nas narrativas de assistentes sociais, o que nos faz questionar o privilégio epistemológico que nos cerca, refreando assim que agendas compatíveis com as questões étnico-raciais sejam amplamente discutidas. E chama atenção para uma mobilização interventiva no “combate ao racismo” bem como numa postura crítica frente às questões raciais, sendo assim.

> Precisamos pensar em metodologias específicas para: trabalhar com as famílias negras e inter-raciais, com as crianças negras nas escolas, com moradores afrodescendentes de comunidades quilombolas, favelas e outras, com a saúde dessa população considerando que há doenças que acometem especificamente a população afrodescendente, no acesso ao trabalho, nas relações sociais e de gênero que permeiam os locais do trabalho e em outros ambientes institucionais (*Ibid*.)

Na década de 1980 com a aproximação do marxismo tanto o Serviço Social como a classe trabalhadora ganharam uma consciência de classe, de pertencimento e por este ser o grupo prioritário do Serviço Social quanto ao seu campo de estudo. Novos materiais foram sendo vistos como urgentes para compreender a nova dinâmica que estava sendo desenhada na sociedade.

Segundo Pinto (2003) ao analisar o Serviço Social e a questão étnico-racial no contexto da reformulação do Código de Ética profissional (1986) com o intuito de "questionar o compromisso do Serviço Social com as questões étnico-raciais" (Pinto, 2003, p. 23). Observou as visões de profissionais da área de saúde e usuários negros à respeito das pautas raciais, resultando num misto de desconhecimento sobre o tema, bem como uma perspectiva normalizadora por parte dos profissionais que mesmo inseridos num contexto de movimentos sociais adotavam uma postura naturalizada frente aos eventos de racismo.

Para autora também importa tecer sobre a produção de conhecimento referindo-se a Marilda Iamamoto (1982,1998) importante para os principais debates no que envolve o Serviço Social e as teorias marxistas pós década de 1980 e que utiliza bastante dos marcadores e categorias vinculadas ao trabalhador e suas demais relações, mas há ausência do fator da “questão etnico-racial” para exemplificar a realidade. [O trabalho é visto] apenas da perspectiva de classe social, não considerando gênero e etnia como categoriasepistemológicas necessárias ao entendimento das especificidades temáticas do trabalho, saúde, educação e habitação, dentre outras, compreendidas como particularidades da questão social (*Ibid*., p. 33).

Nesse tocante das ausências dos marcadores étnicos raciais nas produções de conhecimento, relembramos como a figura do negro era representada e associado de maneira violenta, agressiva e de baixa intelectualidade. Em sintonia a isso, Renata Gonçalves (2018) constatou ao se deparar com os eventos ocorridos em casas de acolhimento que recebem crianças negras e que embora tente mascarar o racismo institucional, o mesmo se escancara em falas que evidenciam o racismo como da assistente social, que não hesitou em ressaltar que estas crianças apresentam "sérios problemas de conduta devido ao meio de que provém". (Odilia Ferreira,1944, p. 37 *apud* Ferreira, 2010, p. 160).

O perigo da naturalização institucional da discriminação racial que resulta diretamente nas práticas profissionais e consequentemente naturalizadas e/ou normatizadas pelos profissionais. Entendendo a urgência de uma ampla explanação sobres as temática a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) publicou em 2017 uma cartilha intitulado Subsídios para o debate étnico- racial na formação em Serviço Social no qual comprometer-se dentre seus objetivos específico: evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação e direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação.

Para Guimarães (2006), a "raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil". Ela é também categoria analítica indispensável, pois, é a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de "cor" enseja são efetivamente raciais e não apenas de 'classe'" (*Ibid*).

Em sua forma contemporânea, "étnico" ainda mantém o seu significado básico, no sentido em que descreve um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas (Cashmore, 2000, p. 196).

Ressalta-se também a participação do Diretório acadêmico de Serviço Social (DASS) no repasse de movimentações dentro do curso por parte do corpo docente para que haja uma revisão do perfil curricular quanto a modificação dos estudos étnico-raciais e de gênero da modalidade optativa (eletiva) para obrigatório sendo parte integrante no processo de

aprendizagem e apreensão do cotidiano social. Salienta-se que ações como esta vai de acordo com o que consta no código de ética da profissão no que diz respeito a uma participação contínua nas pautas que atravessam o Serviço Social tanto na academia como na linha de frente das demandas.

Por entender que a inserção desses marcadores como parte do currículo é que discutimos a intrínseca relação entre as questões étnico-raciais e o Serviço Social, e que ao recusar-se a tratar esses condicionantes como fundantes na apreensão da realidade e do modo como esses indivíduos são percebidos coletivamente tornamos colaboradores numa postura que vincula os sujeitos negros a violentos e marginalizados.

2.2 Entre embates e debates dos estudos feministas e o Serviço Social

Neste seguimento de embates abarcamos também as contribuições das epistemologias feministas e como estas colaboram para o enriquecimento da produção de conhecimento. Para Sandra Harding (1996) há questionamentos quanto quem define o que é ciência e o que é o científico? e argumenta que as epistemologias tradicionais excluem as mulheres como sujeitos ou agentes do conhecimento, denuncia que as mulheres foram inviabilizadas como sujeitos dentro da ciência e que não bastasse a inferiorização perante aos homens as mulheres seriam inadequadas para o exercício do papel de cientista.

Isto porque, as mulheres historicamente foram vistas como complementares e coadjuvantes dos homens e a ocupação em espaços de poder e de intelectualidade foi reivindicado através das lutas e das movimentações das mulheres em diferentes localidades geográficas.

Os estudos feministas, de acordo com Marta González García e Eulália Sedeño (2002), ao contrário do que se afirmava, não estavam sendo feitos para criar uma nova ciência, mas sim para defender que o sujeito do conhecimento é um indivíduo particular e histórico cujo o conjunto que o compõe interessa a epistemologia.

Segundo Maria Mira (1991) não existe uma única “maneira científica” os caminhos vão sendo encontrados com os resgates, saberes populares, conhecimento político entre outros. Para Vasconcelos (2002) o perigo do imperialismo epistemológico ocorre quando uma teoria considera-se onipotente ao ponto de se considerar capaz de capturar a essência de todos os sentidos implícitos na história e dos fenômenos culturais e subjetivos, reduzindo toda a

complexidade da vida social e humana à dinâmica da esfera da produção, acumulação e das classes sociais.

Nesse contexto que propiciar um currículo que contemple as mais variadas teorias feministas e pensadoras de localizações geográficas distantes do eixo hegemônico eleva-se o nível das discussões, pois apresenta uma diversidade que no ambiente acadêmico mostra-se raro e ausente de representatividade feminina, substancialmente de mulheres negras, desse modo também distanciando as pautas raciais do centro das discussões acadêmicas.

A década de 1980 foi composta de inúmeros marcos importantes tanto para os estudos feministas como também para a inserção destes estudos no campo do Serviço Social. Teresa Kleba (2010) menciona os marcos da época: o SOS Mulher criado em 1983 em São Paulo e dois anos depois da instauração dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher, surgiu a primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulheres Vítimas da Violência (DEAM) em São Paulo.

No ano posterior houve a inserção da categoria gênero na academia e dessa maneira aproximando o Serviço Social das lutas feministas e demais movimentos como discriminação racial, étnico e cultural e outros, os avanços não pararam por aí, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi inaugarada em 1993 nesse mesmo ano a ABEPSS articulou as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social e definiu a "questão social" como objeto da profissão.

Levando-se em consideração o cotidiano dinâmico da profissão deve provocar o profissional desenvolver um olhar crítico e transversal dos embates que envolvem as relações humanas e sociais. O fazer profissional não é como uma receita de bolo ou fórmula matemática há variáveis, que necessitam de resposta e nesse meio o aporte teórico acadêmico apresenta sua relevância embora as discussões sobre os estudos de gênero seja recente, o conhecimento coletado ao longo dos anos possui contribuições relevantes.

Scott (1995, p.77) alega que através da busca de legitimidade acadêmica as estudiosas femininas perceberam que ao utilizar o termo "gênero" ao invés de mulheres se encaixaria melhor no que diz respeito à terminologia científica que compõem as ciências sociais. Visto que explicitam as relações entre os sexos e que também não há um mundo somente das mulheres e separado dos homens e continua

> [...] a informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, um estudo implica o outro. Este uso insiste em que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens, criado nele e por ele. Este uso rejeita a utilidade interpretativa de esferas separadas [...] (Scott,1995, p. 80).

Segundo a antropóloga Lamas (2008, p. 340) pontua que a definição de gênero é uma ocorrência simbólica coletiva e mencionando Bourdieu através da "lógica de gênero" que se traduz como: "é uma lógica de poder e de dominação; é a forma paradigmática de "violência simbólica". Ou seja, aquela violência exercida sobre um agente social com sua cumplicidade e seu consentimento" (Bourdieu, 1988 *apud* Lamas, 2008, p. 345) e tal lógica de gênero constitui-se também como estruturante social e mental. O feminismo ao adentrar no cenário dicotômico tem por antídoto a resistência e nela imprime traços estratégicos.

De acordo com a a filósofa Ana Maria Martinez de Escalera (2009)[1] denomina o "Feminismo Estratégico" que envolve uma resolutiva filosófica e provoca o sujeito a se inserir como agente histórico no processo de desconstrução de identidade do Serviço Social que coincide em que a dinâmica social é uma piscina funda e necessita de sujeitos que anseiam por mergulhar mais profundamente.

Em concordância a esse pensamento, Corine D' Souza diz: "o feminismo é para as ciências sociais um deslocamento de paradigma, e para os movimentos sociais uma ruptura. Ele traz para o mundo novos significados, novas esperanças" (D'Souza, 1986, apud Oliveira, 1992, p.135). Com isso enxerga-se uma terceira via no caminho que leva o Serviço Social aos os estudos feministas, contudo para vermos os frutos dessa semeadura é necessário que a profissão reinvente uma nova percepção quanto a vivência coletiva e os desdobramentos dessa dinâmica.

Retomando para Scott (2005, p.12) a autora nos alerta "que os debates atuais sobre igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo tomam forma polarizada" e ainda que a persistência da desigualdade, apesar das políticas sociais antidiscriminatórias e de inclusão, e sua capacidade de se revestir de formas novas e inéditas, orientam a reflexão feminista ao reexame crítico das categorias e das ferramentas conceituais com as quais compreendemos a desigualdade dos sexos (Varikas, 2009a).

Em paralelo, a pesquisa realizada no final dos anos de 1970 e meados de 1980, Kofes (2001) expunha uma etnografia da relação entre patroas e empregadas domésticas, resultante desse trabalho de Kofes são as inúmeras alternativas de viés interpretativo que interligam a desigualdade com a estrutura do parentesco e da família nas sociedades modernas, como afirma Simões:

---

[1] A categoria "Feminismo Estratégico" foi construída pela professora juntamente com o grupo integrante do Seminário Alteridad y Exclusion, do qual participamos durante o nosso Estágio Pós-Doutoral, no segundo semestre de 2009, na UNAM, México. As reflexões trazidas têm como base os apontamentos em sala de aula.

> Relações de classe e trabalho são também sobrecodificadas pelas relações familiares e marcadas pelas distinções de gênero". Outro indício relevante levantado por Kofes diz respeito tanto"as experiências femininas se singularizam exclusiva e necessariamente em contraposição a um suposto polo fixo contrário, o 'masculino. (Simões, 2002, p. 151)

No qual invalida qualquer forma do percurso de identidade e seu processo quanto aos encontros entre mulheres e sendo gênero uma categoria a ser analisada em sua pluralidade e diversidade e não de maneira naturalizada e trivial. Nesse sentido para além da identidade, há uma estratégia de encobrimento das discussões referentes aos feminismos incluindo o feminismo negro no currículo acadêmico que realoca essas temáticas a uma complementariedade que por fim, não é nada menos que um afastamento e um posicionamento político frente as demandas existentes.

2.3 A geografia da questão de gênero que atravessa o atlântico

a liberdade que habita
este corpo jamais
estará à venda.

(*Amanda Tuanne, 2021)*

O trecho acima foi extraído da poesia intitulada "geocorpo" de minha autoria como parte de uma apresentação exibida durante o curso na disciplina de Família e Relações de Gênero ministrada pela Drª e Professora Vivian Matias. Inspirada na fala de Vanete Almeida documentada na produção audiovisual Eu Maior de 2013, a poesia tem como destinatário denunciar o aprisionamento e a noção de posse dos corpos femininos pelas instituições sociais.

No ecoar a resistência e a reivindicação de seu próprio corpo, de forma a libertar-se das noções de pertencimento impostas historicamente pelo patriarcado nos sinaliza inúmeras nuances ao qual o gênero está implícito, visto que os corpos femininos são colocados como os que primeiro sofrem com o preconceito e a submissão incutida pelo Estado.

Encaminhando-se de um pólo a outro na epistemologia e utilizando as teorias hegemônicas como aporte teórico para elucidar a concepção e o tratamento distinto desses sujeitos a partir de sua melanina. Para Maria Lugones (2014), no tocante ao feminismo descolonial aplica as ideias de humano e não-humano como divisores na percepção do tratado dessa dicotômica relação. De acordo com a autora tal dicotomia postula-se como central na modernidade colonial, *colonialidade e gênero* aparece nas primeiras discussões como ponto

inicial para o entendimento da ideia do feminismo descolonial defendido por Lugones:

> (...) Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. (Lugones, 2014, p.396)

Adiante, Lugones explica que se faz necessário o entendimento da inserção dos colonizados no contexto da primeira modernidade[2] e que corroborou para tensões criadas pelos colonizadores e sua imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero tendo como referencial os europeus burgueses brancos e portanto pondo a dicotomia hierárquica como um marco do humano e por consequência os que estavam fora desse espectro ou seja os/ as colonizados/ colonizadas foram apontados como bestiais e corpos hipersexualizados sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho[3]

Sendo assim, a autora propõe seguir linha da visão colonizadora que aponta o "homem", o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. (idem 397 p).

A contribuição do feminismo descolonial iniciado por Lugones e brevemente exposto nestas linhas nos permite adentrar com uma maior clareza sobre a submissão e opressão dos corpos majoritariamente retintos e periféricos controlados pelo sistema capitalista, cishetero branco e patriarcal.

Sob um alicerce engessado, misógino e racista, o sistema capitalista dissemina e reproduz suas opressões de modo a alastrar-se globalmente. Cabe então, o olhar atento para esse campo de disputa epistemológica, os silenciamentos produzidos nessas esferas para que as narrativas dos corpos violentados jamais alcance visibilidade, são nas minúcias que estão

---

[2] A primeira modernidade refere-se ao momento da conquista, também designada como modernidade colonial. A segunda modernidade surge a partir da Revolução Industrial, cunhada como modernidade capitalista. (N. R.)

[3] Para Thomas Laqueur, historicamente, as diferenciações de gênero precediam as diferenciações de sexo. Ele rastreia o que chama de “modelo do sexo único” através da antiguidade grega até o final do século XVII (e além): um mundo onde pelo menos dois gêneros correspondem a nada além de um sexo, onde as fronteiras entre macho e fêmea são de grau e não de tipo. A longevidade do modelo do sexo único deve-se ao seu vínculo com o poder. “Em um mundo que era tão esmagadoramente masculino, o modelo do sexo único demonstrava o que já era massivamente evidente na cultura: ‘homem’ é a medida de todas as coisas, e mulher não existe como uma categoria ontologicamente distinta” (p. 62). Laqueur resume a questão da perfeição dizendo que para Aristóteles e para “a extensa tradição fundada em seu pensamento, as substâncias generativas são elementos interconversíveis na economia de um corpo de sexo único cuja forma superior é masculina” (p. 42).

encobertos as análises mais pertinentes sobre esses assuntos. Entretanto, o silêncio também ecoa nos espaços em que as ideias são geradas e a aprendizagem é executada, indaga-se então os entraves que impedem que esses diálogos aconteçam de maneira transversal e diversa.

Em consonância a isso, outro elemento intrínseco às relações de gênero, o modelo arcaico e opressor do patriarcado é a formação do núcleo familiar, tido como carro chefe de muitas propagandas de cunho sócio histórico e político ao longo dos anos, inclusive no território brasileiro.

Bento (2012) provoca através de sua escrita um convite para que segundo ela possamos discutir a pluralidade e a plasticidade da categoria "família". A organização familiar a qual historicamente é difundida principalmente pelo cristianismo tem sido reformulado ao passo que as mudanças societárias levam os indivíduos a se organizarem de maneira plural, embora ainda presos em uma única versão da composição familiar, a princípio advinda do cristianismo e difundida ao longo das décadas, a autora debate a centralidade da família como locus principal do afeto e de troca coletiva.

Partindo também de uma nova leitura das escrituras bíblicas, tendo como primeiro referencial o Velho Testamento no qual somos apresentados à primeira família composta por Adão e Eva e sua posterior expulsão do paraíso, Berenice destaca a pena: a expulsão de casa. O pai furioso sentencia: “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará” (Velho Testamento, Gênesis 3, 14-24) (Bento, 2012, 277 p).

Dando prosseguimento, a autora descreve diversas situações no quais as famílias formadas nos manuscritos bíblicos não aparentavam serem nada afetivos uns com uns outros, entretanto bem sabemos como a "preservação da família" foi utilizada como slogan de campanha presidencial em 2019 no que culminou na eleição para presidente do país de Jair Messias Bolsonaro como "defensor" da pátria, Deus e a família, de um lado o avanço do conservadorismo e da defesa da família e de outro as reformulações na percepção de família e o acúmulo de pesquisas sociais em torno da temática viabilizaram um maior alcance do debate. Bento ressalta que:

> A identidade de gênero e a identidade sexual são dois marcadores da diferença que não se confundem. Quando eu digo “sou uma mulher”, não estou revelando absolutamente nada sobre minha sexualidade, práticas sexuais e desejos. A concepção hegemônica de gênero, ao contrário, defende que, ao falar “mulher”, esse signo já traz no seu interior a pressuposição da heterossexualidade. Portanto, ao trabalhar com a noção de sexo/gênero, devemos saber que a materialidade do sexo é anteriormente definida pelo gênero. Não existe nível pré-discurso ao sexo; os corpos já nascem “maculados” pela cultura. Nesse sistema, o sexo (matéria)/

> gênero/sexualidade não se deslocam. Só há coerência e sentido nos corpos homens e corpos mulheres. E essa diferença natural dos corpos encontrará toda coerência e justificativa na ideia da complementaridade dos sexos. (Bento, 2012, 278 p).

Outro elemento que coexiste com o núcleo familiar advém da interação desses indivíduos em sociedade por meio do que a Berenice aponta como habitus[4] ermo bastante utilizado por Pierre Bourdieu como uma espécie de coordenadas pré estabelecidas e interiorizadas e que são conduzidas conforme seu gênero. Essa interiorização acontece como forma pelo qual o indivíduo irá se reconhecer no outro, ou seja a construção da sua identidade:

> [...] identifica-se agora não somente com os outros concretos, mas com uma generalidade de outros, isto é, com a sociedade. Somente em virtude dessa identificação generalizada, sua identificação consigo mesmo alcança estabilidade e continuidade. (BENTO apud, 2012 p. 278, Berger & Luckmann, 1987, p.178)

Segundo afirma Bourdieu (2012) a respeito da interiorização ainda na infância o indivíduo não reconstrói diariamente sua visão de mundo, nem mesmo sua forma de agir sobre ele; ao contrário, o sujeito traz em si, por um processo de inculcação (ou "interiorização da exteriorização"), um "sistema de disposição durável" (porque não foi produzido pelo indivíduo, é anterior a ele), um habitus que funciona praticamente como uma bússola, determinando "as condutas 'razoáveis' ou 'absurdas' para qualquer agente" (Bento apud 2012, p.279, Bourdieu, in Ortiz, 1983, p. 63).

É importante resgatar neste momento os apontamentos feitos por Oyèrónké Oyěwùmí (2004) a respeito do conceito de núcleo familiar consequência da expansão da Europa e da concentração euro-americana que reverberou na produção de conhecimento e nas dinâmicas coletivas em sociedade. A autora destaca que: Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores.

Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade. Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para compreender as realidades africanas e de fato a condição humana. (OYĚWÙMÍ, 2004, p.1)

---

[4] Bourdieu define habitus como "sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptado a seu fim; sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e, coletivamente, orquestrá-los; sem ser o produto da ação organizadora de um regente"(Renato Ortiz, 1983, p. 60).

Pensando mais do que a posição da mulher como indivíduo social e como tudo que a engloba faz com que haja uma pré determinação de sua funcionalidade e quando se trata e seu papel na estrutura familiar concebida historicamente pela visão euroamericana, suas funções são pré estabelecidas e engessadas sendo o feminino subordinado ao masculino desde de sua função como progenitora e posteriormente no ensinamento aos filhos/filhas o que acaba por se tornar sua única "responsabilidade" e reduzi-la a função de “esposa”.

A autora reflete que em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado. Ao citar a socióloga feminista Nancy Chodorow que explica o componente da divisão sexual do trabalho na família nuclear e como esse fator codifica a configuração na representação e no desenvolvimento para filhos e filhas, sendo para as filhas uma identificação de gênero com sua mãe e irmãs. De acordo com Chodorow

> A clara diferenciação de gênero indica-o como agente fundante ao estabelecer o funcionamento daquele grupo, sendo este o regulador do núcleo principal o que posteriormente demonstra-se como uma premissa para um ambiente de opressão entre os membros. É preciso frisar ainda que o núcleo familiar a qual conhecemos não é a realidade universal (...) (Idem, p.4)

Brevemente explicaremos como se dá a organização família da sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria mencionada por Oyěwùmí, segundo a pesquisadora a família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. Pois os papéis de parentesco e categorias não estão correlacionadas por gênero, sendo assim, os papéis de poder dentro da família não são especificados pelo gênero. Portanto a antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Nesse contexto, as palavras *egbon*, refere-se ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo independentemente do gênero. Assim sendo, a noção da antiguidade difere de gênero por ser dinâmico e fluído e não rígido e estático.

À vista disso, os moldes de família nuclear ocidental não correspondem com os demais núcleos familiares fora do eixo ocidental e também patriarcal de hierarquização de papéis segundo a noção de gênero e suas distinções. Desse modo, torna-se irrealizável uma apreensão da totalidade da realidade sem que seja explanado uma literatura que comporte as diferentes facetas das formações em sociedade para além das noções eurocêntricas e naturalizadas pelas percepções ocidentais que consequentemente oculta as demais relações de poder e organização social. Para isso, compreendemos que é necessário abrirmos caminho para as representações e teorias diaspóricas na tentativa de transversalizar os debates dos

sujeitos em seu caráter social e político.

3 Feminismo decolonial: o divisor na percepção dicotômica e a contribuição do movimento negro brasileiro

Dando uma volta na esfera global e descentralizando a narrativa dominante e adotamos uma via alternativa não hegemônica para explanar conceitos caros para um olhar crítico e analítico dos sujeitos historicamente silenciados, contando com aporte teórico de pensadores e pensadoras recontam as histórias que a própria história deixou de contar e isso inclui também a particularidade brasileira. Nesse curso aproveitamos o ensejo para dar enfoque nas manifestações artísticas da cultura negra brasileira e suas contribuições para o movimento negro. O que estamos construindo aqui linha por linha é um trabalho de recontar aquilo que nunca nos foi contado e que permanece escamoteado pelos privilégios e disputas intelectuais que destacam a narrativa de maior benefício.

3. 1 Colonialidade do poder e de gênero

Em primeiro lugar precisamos observar determinados fatores que nos conduzem para explicar as dinâmicas que envolvem gênero e a distinção do mesmo originava-se da divisão das tarefas realizadas por cada sexo. Maria Lugones (2014) compreende que na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado. Gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo vinculados inseparavelmente e racializados.

Para Aníbal Quijano (2005) que por sua vez, entende a colonialidade do poder como a forma específica que a dominação e a exploração adquirem na constituição do sistema de poder mundial capitalista “Colonialidade” refere-se à classificação das populações do mundo em termos de raças. Quijano nos elucida quanto a inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista seguindo mais adiante a ideia de raça surge nesse contexto como fator de promoção na classificação da superioridade de um povo sobre o outro.

Segundo Quijano (2005) destaca que o colonialismo colocou a Europa como centro do mundo, criando um eurocentrismo que surgiu com a colonização e permanece até os dias atuais, caracterizado como marca de poder hegemônico. Dessa maneira compreendemos com maior clareza quando Fanon (2008) discute a naturalização dessa inferioridade através da

ideia de raça e os danos psicológicos causados por essa ideia de embranquecimento.

> Antes de mais nada temos a negra e a mulata. A primeira só tem uma perspectiva e uma preocupação: embranquecer. A segunda não somente quer embranquecer, mas evitar a regressão. Na verdade, há algo mais ilógico do que uma mulata que se casa com um negro? Pois é preciso compreender, de uma vez por todas, que está se tentando salvar a raça. (Fanon, 2008, p.62).

Mbembe (2014) ressalta que a colonização exerceu um papel de apagamento de toda a cultura do colonizado e que este deixou de possuir sua própria razão de viver e acrescenta que:

> É, em parte, graças a sua fantástica capacidade de proliferação e metamorfose que faz estremecer o presente daqueles que escravizou, infiltrando-se até nos seus sonhos, preenchendo seus pesadelos mais medonhos, antes de lhes arrebatar lamentos atrozes. Por sua vez, a colonização não passou de uma tecnologia ou de um simples dispositivo, não passou de ambiguidades. Foi também um complexo, uma trama de certezas, umas mais ilusórias do que outras: a força do falso. (Mbembe, 2014, p.19)

Ouve-se com frequência o dito popular "fulano(a) tem a mente de patrão(oa)" entretanto pouco se fala sobre o processo que corre por trás dessa frase tem correlação direta com o que os pensadores e pensadoras negras batem na tecla dizendo a respeito do discurso burguês. Alinhado com a meritocracia no qual insiste em dizer que todos possuem as mesmas oportunidades basta que cada um se esforce para alcançar seus objetivos, que todos podem ser "donos do seu próprio negócio". Mas isso é uma falácia das grandes disseminada pelas esferas dominantes, visto que há um abismo considerável entre pessoas brancas e pessoas não brancas seja a nível educacional, moradia, empregabilidade, pessoas brancas saem em disparado em todos esses níveis, enquanto pessoas negras são negligenciadas e sobrevivem às margens do descaso do Estado. Portanto, dizer que todos têm as mesmas chances, é negar toda desigualdade racial que perpetua-se no contexto brasileiro é o mesmo que negar que o racismo é uma realidade que mata diariamente a população negra.

O apagamento da cultura de um povo é um indício sintomático vivenciado por povos negros e por indígenas quando estes grupos são brutalmente atravessados pela cultura dos colonizadores que retiraram qualquer traço identitário desses sujeitos e impõem traços de sua própria cultura que não apenas os fragilizam e inferiorizam em sociedade como também o culpabilizam caso não se adaptem aos "novos costumes". Os elementos citados acima assemelha se ao discurso burguês da democracia racial ou no caso como denominamos mito da democracia racial porquanto existir o racismo estrutural não haverá espaço para a igualdade entre os sujeitos, ainda pensando sobre o apagamento dos povos negros Lélia

Gonzales (1980) nos apresenta as noções de consciência e memória, no qual autora define:

> Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. (Gonzalez, 1980, p.226)

A consciência num lugar de encobrimento, alienação identificada por Lélia também é vista no que Lugones retrata os caminhos percorridos durante as missões civilizatórias através do cristianismo que por sua vez roubava as noções identitárias dos povos:

> A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, consequentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social,ecológica e cosmológica. (Lugones, 2014, p 938)

Entende-se daí que o processo de colonialidade deu-se não apenas pela dominação de territórios, mas também por uma dominação intelectual que se reproduz até os dias atuais, roubando identidades, memórias e consciência de inúmeros povos que tiveram suas terras invadidas e sua cultura apagada da história.

A colonialidade também dita a desigualdade de gênero e nesse quesito a autora aponta a interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade nos movimentos feministas por compreender que a mulher negra sofre preconceito de forma distinta à mulher branca.

Segundo Paulina Chiziane (2013, p. 199) destaca que os problemas de desvalorização da mulher ocorrem desde do principio da vida tendo como base a divindade e colocaram o homem numa posição hierárquica e explica que as diferenças entre gêneros existiam bem antes dos colonizadores, entretanto as práticas coloniais intensificaram as tensões entre ambos os polos.

A autora Kimberlé Crenshaw (2004) ressalta que a colonialidade interliga-se com o preconceito além da raça, mas também de gênero observando isso Crenshaw inaugurou o termo interseccionalidade de raça e gênero entendendo que ambos possuem denominadores comuns e particulares a partir de vivência subjetiva.

No entanto, cabe aqui abranger o que engloba a interseccionalidade pois embora tenha se tornado emblemático nos textos de Crenshaw outras teóricas e ativistas negras já tinham sacado a necessidade de uma ponte que seja um intermédio entre as análises das opressões e uma postura política. O coletivo denominado Combahee River oriundo dos EUA publicou em 1977 um documento que já continha tais ideias que posteriormente Kimberlé apresentaria

como interseccionalidade, nele as autoras sinalizam que:

> A afirmação mais geral da nossa política no tempo presente seria a de que nós estamos ativamente comprometidas na luta contra as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe, e vemos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de uma análise e prática integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão são interligados. A síntese dessas opressões cria as circunstâncias das nossas vidas (Combahee River Collective Statement, 1977, p. 1, tradução nossa).

Torna-se evidente o posicionamento das autoras desse coletivo estadunidenses na transcrição do documento citado anteriormente, que para além de trazerem aoutras questões quanta a gênese do feminismo negro, a problemática da organização das feministas negras e etc e ao utilizarem o termo em inglês “herstory”ao invés de “history” denotando a origem sexista do termo em questão, sinalizando também que a origem do feminismo negro é uma construção coletiva e jamais individual, visto que nos dias de hoje o crédito recai sobre um único indivíduo como no caso de Crenshaw e o conceito de interseccionalidade, sendo assim ignorando todo um pano de fundo constituido por um coletivo de mulheres negras. (Sanchez, 2022, p. 55).

Em outras pesquisas sobre a urgência da temática da interseccionalidade, nos deparamos com outras autoras que apontam movimentações anteriores a década de 1970 mais precisamente com o movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos em meados do século XIX. Ao trazer a personagem histórica Sojourner Truth, mulher afro-americana a qual foi escravizada e posteriormente ficou conhecida por seu discurso em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio. Os embates provocados por Truth refletiam de maneira concreta o contexto sócio-histórico enfrentado naquela época entre as regiões do sul e do norte estadunidenses.

Desse modo, Brah e Phoenix (2004, p. 76-77) centralizam que ao perceber de maneira palpável a desigualdade que não somente a afetava, mas sim todas as mulheres negras, Truth naquele momento denunciava muito além do que as disparidades de sua realidade e inconscientemente emergia dali noções urgentes para o feminismo negro:

> Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (Brah & Phoenix, 2004, p. 77).

Pensando nisso o processo histórico de encobrimento das falas de mulheres negras que ao longo das décadas foram conscientemente silenciadas e ou subalternizadas frente as suas contribuições para as teorias feministas. Ainda é presente nos dias de hoje além do adendo das novas modulações sociais que atravessam o traço epistémico para delimitar as questões que serão ou não viabilizadas. Mesmo que as pensadoras negras por trás dessas ideias estejam locadas no mesmo espaço que outras feministas brancas ainda sim seus apontamentos não irão emergir com tamanha potência e se levarmos adiante do espaço acadêmico para o meio publicitário, enxergamos um tardio interesse por parte das editoras em publicar suas obras bem como traduzi-las constituindo então uma extensão do campo de disputa na academia.

3.2 Movimento negro brasileiro: urgência nos debates e suas contribuições para as ciências sociais

Por falar dos feminismos que nos rodeiam cabe mencionar sobre o movimento negro brasileiro, é indiscutível que ambos estudos caminham lado a lado, visto que em sua maioria os pensadores e pensadoras negras que tecem suas teorias sobre o feminismo e a questão racial são participantes no processo do movimento negro. E por essa razão aqui abordaremos a urgência dessa temática nos espaços, assim como subentende-se às urgências, o mesmo ocorre com as ausências. Compreende-se por movimento negro a luta da população negra frente as discriminações raciais, a produção e a reprodução do discurso marginalizado desse grupo que corrobora para que os mesmos sejam distanciados da sociedade e por consequência inviabilizados de acessar seus direitos garantindos pela constituição.

Em outras palavras é importante entendermos os passos dados pelo movimento negro historicamente falando, por isso traçaremos brevemente uma linha cronologica que interliga o período abolicionista e pós abolicionista e dá um salto para a República no enfoque do golpe militar de 1964. Com o intuito de explanar como esses eventos históricos reverberam na

trajetória do povo preto no Brasil e da existência latente de "dois Brasis[5]". Para Silvia Hunold (1998) o período de substituição do escravo (negro) para o trabalho livre (branco e imigrante) pretende interpor uma passagem da escravidão para o trabalho livre assalariado, porém essa historiografia de transição, corrobora para que o negro escravo desapareça da história em detrimento do europeu imigrante.

A reprodução da naturalização e dessa "troca", quando revistas em estudos sobre temas da época, mostra-se além de natural, normatizadas por partes dos estudiosos que constatam que seria como seguir um "protocolo" em que se cede a posição para o recém chegado. Adiante, no pós abolição com a fomentação de mais estudos sobre o assunto, os apontamentos de Reid Andrews [6]ao problematizar as teses de Florestan Fernandes, no qual detecta a presença de trabalhadores negros diversas ocupações no meio urbano (artesanal, industrial e no setor de transportes) além do rural.

O autor aponta, que trata-se de uma perspectiva que denota o quanto a experiência escrava moldou as ações (e reivindicações) dos libertos no período pós abolição e que a luta obteve um significado que transitava também a partir dos confrontos entre trabalhadores e seus patrões, mas que todavia, estava enraizada as tensões raciais no ambiente de mercado de trabalho urbano. (apud Andrews, 1991, apud Hunold, 1998, p. 36).

Nessa seguimento, e também como vias de contraposição à concepção paulista na propagação de um caráter passivo das massas que culminou para a abolição da escravatura. Os autores Clóvis Moura (1988); Décio Saes (2001) e demais autores averiguaram a forte participação de escravizados(as) na luta antiescravista. Clóvis Moura focaliza em vários de seus textos acerca da formação dos quilombos e como este, apresenta-se como um risco ao sistema escravocrata, já que evidenciava a possibilidade de uma alternativa enquanto estrutura social."[...] surpreendentemente progressista para a economia e os sistemas de ordenação social da época. Um embrião de nação que foi destruído para que o seu exemplo não determinasse uma economia que transcende os padrões econômicos e políticos do sistema escravista". (Moura, 1988, p. 184)

É concebido que na época das lutas abolicionista, tanto as fugas quanto às formações

---

[5] Este marco cronológico pode estar, evidentemente, associado a outros elementos e possuir diversos significados. É, contudo, um elemento comum a obras com perspectivas tão diversas quanto, por exemplo, as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

[6] Andrews, G. R. Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988. Madison Wisconsin University Press, 1991.

dos quilombos. Para Décio Sara (2001) assumiram um papel revolucionário politicamente frente à luta antiescravista. “[...] força principal da revolução política antiescravista, na medida em que, sem a sua ação violenta, seria impossível curvar as classes dominantes escravistas e a burocracia imperial; vale dizer, seria impossível destruir o conjunto das instituições escravistas”. (Saes, 2001, p. 30, grifo do autor).

Saes ainda aponta um outro grupo social no qual aparece com destaque para a revolução que ocorria no momento, da qual o autor descreve como “aquela parte dessa classe social” que não se acomodou “ao ‘favor’ das classes dominantes” e aderiu aos “ideais da meritocracia e da cidadania” (SAES, 2001, p. 30). E incutiu a essa revolta uma transcendência além das reivindicações da massa, e sim, na constituição de um novo direito e um Estado que contemplasse em seu centro a igualdade entre todos os homens.

Por meio, das explanações de ambos autores reafirmamos o que anteriormente apontamos quando mencionamos sobre a teoria da substituição de que o negro seria apagado de modo político, histórico e social para o protagonismo europeu. Sendo assim, no instante que abrangemos a narrativa da história do Brasil e damos o devido reconhecimento aos protagonistas dessas lutas, adentramos numa contracorrente e avaliamos o posicionamento ético político adquirido do entendimento do exercício da profissão enquanto agentes políticos que também integram os processos endógenos na sociedade.

No avançar dos anos, continuamos a vislumbrar as mobilizações organizadas por negros e negras frente aos tensionamentos políticos. Vale frisar alguns acontecimentos importantes anteriores ao golpe de 1964. Na década de 1940 foram fundados agrupamentos importantes para que ocorressem as mobilizações no território nacional, um deles foi a União dos Homens de Cor (UHC) fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre em janeiro de 1943 com uma proposta central de “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo território nacional” possuindo uma complexa estrutura organizativa e presença em diversos estados brasileiros, mas que assim como tantos outros movimentos não se manteve durante a ditadura militar.

Destaca-se também o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha a frente a liderança Abdias do Nascimento, no início a proposta era apenas formar um grupo teatral com atores negros, no entanto foi além publicou o jornal Quilombo, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro entre outros marcos, sendo pioneiro em trazer a tona a temática da negritude francesa que naquela época era o foco internacional.

Eclodindo a ditadura militar em 1964, assim como ocorreu com o UHC, a TEN também foi perdendo sua força em virtude do auto-exílio de Abdias do Nascimento em 1968, em sua avaliação Lélia Gonzalez[7] reafirmar que o TEN "significou um grande avanço no processo de organização da comunidade [negra]". A imprensa negra também teve seu momento com a ampla divulgação em jornais dentre eles em São Paulo, o Alvorada (1945), O Novo Horizonte (1946), Notícias de Ébano (1957), O Mutirão (1958), Níger (1960); em Curitiba, o União (1947); no Rio de Janeiro, o Redenção (1950) e A Voz da Negritude (1952). A revista Senzala (1946), em São Paulo.

Apesar dessa impulsão o movimento negro ficou politicamente isolado devido as ocorrências da época a exemplo disso ocorreu em 1946 quando um projeto de lei antidiscriminatória foi apresentado pelo senador Hamilton Nogueira (UDN) à Assembleia Nacional Constituinte, formulado no ano anterior na Convenção Nacional do Negro, em seguida aberto para votação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se opôs ao projeto alegando que a lei iria " restringir o conceito amplo de democracia[8]" Partido ainda alegou que a proposta de lei composta pelas reivindicações específicas dos negros era um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores.

A alegação trazida pelo partido naquela época nos faz lembrar nos dias presentes que quando há tentativa de incorporar o recorte racial as principais pautas da luta de classes existe uma resistência para que se analise também de uma perspectiva racial, uma vez que a produção e a reprodução modo de exploração capitalista, seu processo e divisão de trabalho é composto pela população negra, e assim surge uma demanda específica, negar este fato somente reafirmar uma perspectiva generalista e superficial do perfil da classe trabalhadora.

Em razão, de uma urgência imediata e um olhar profícuo ao movimento negro o que nos lembra dessa pauta para as ciências sociais, as observações compreendidas por pesquisadores da área, a que consideramos mais relevante é o protagonismo negro frente ao novo perfil de pesquisadores outrora, tidos como meros objetos de estudo, agora assumem a posição de pesquisadores o que significa o aumento exponencial dos sujeitos negros no campo da produção do conhecimento.

Tendo influência do que ocorria na década de 1970 na América Latina como notou

---

[7] Lélia Gonzalez, "O movimento negro na última década", Lugar de negro, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (orgs.), Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982, p. 24.

[8] Abdias do Nascimento, "Depoimento", Memórias do exílio, Pedro Celso Uchoa e Ramos Jovelino (orgs.), São Paulo, Livramento, 1978, p. 33.

Cardoso (1987) e Gohn (2004) sendo como divisor de águas os anos de 1980 em diante, marcado também pela modificação quanto a questão analítica ao invés de utilizar a terminologia "consciência racial" passou-se a usar "identidade racial ou étnica" evidenciado pelas novas percepções antropológicas, considerando que a consciência é senão uma ideia anterior a concretude da identidade do sujeito, no qual exemplificamos diante da tentativa de apagamento da população negra no processo de colonialidade.

Nessa efervescência dos anos de 1970 no qual muito se discutia sobre a mobilização negra no Brasil, encontramos pólos teoricamente opostos, mas que nos auxiliam no entendimento de como os sociólogos nacionais apreendem a realidade da população negra. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978 [1974]), em seu ensaio "Coletividades negras: ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo".

Nele a autora investiga as chamadas " associações voluntarias" dos negros que dariam acesso à "consciência coletiva" atentando-se apenas aos acontecimentos de ascensão e mobilização política e revistando os argumentos por Florestan Fernandes, Roger Bastide e Costa Pinto defendendo que essas mudanças partiram das transições entre a sociedade escravista e a sociedade da mão obra livre, revelando o preconceito racial e mais que a situação desfavorável para os negros corroborou para as ações coletivas.

Reduzir as mobilizações organizadas pelos negros como "pontuais " ou ainda "ocasionais" significa invalidar todo um histórico de luta e resistência desde do período escravocrata até os tempos atuais, é senão um discurso político que busca enfraquecer os movimentos sociais, com a propaganda de que esses movimentos não são organizados e que apenas "se juntam " de maneira desordenada.

Contrapondo a tese e a que mais se aproxima de nossa proposta é a do cientista político Michael Mitchell, cujo objeto de pesquisa também foi o ativismo negro paulista publicada em 1977, investigava a relação entre a consciência de raça e a ação coletiva, analisando os efeitos da consciência racial nas práticas e e ações políticas dos negros no Brasil.

O autor pressupõe que a consciência dos negros não se limita ao período histórico da transição estrutural da escravidão para a sociedade de classes. Para Mitchell as formas de dominação e subordinação já existiam e nesse espaço surgiam ações constetadoras por parte dos negros, desmantelando assim a tese defendida pelos sociólogos brasileiros, parafraseando o autor quando diz que as relações raciais nos fazem enxergar a tentativa máxima de dominação de poder sob a tentativa de resistência do grupo subordinado. (Rios, 2009, p. 268).

É nesse mergulho crítico, político e histórico da própria constituição da história do Brasil, inferimos que lacunas foram encobertas para que uma narrativa dominante demonstrasse toda sua potência e estratégia, sem uma resistência igualmente potente e estratégica do outro lado. A narrativa de dominância sem resistências, é uma propaganda comumente disseminada entre os colonizadores europeus, sem contar seus “atos heróicos “ em favor de uma pilha genocida por debaixo dos seus pés.

Por conta disso, o movimento negro ocorre de maneita interrupta ao longo da história brasileira, é verdade que ora conta com enfraquecimentos especialmente política, entretanto devemos escamotear suas mobilizações históricas nem discutir em nossos espaços críticos e analíticos as contribuições do povo preto, em particular a questão negra brasileira.

3.3 As manifestações artísticas como expressão da cultura negra no Brasil

Nesse ângulo, Sara Mahmood (2019), considera um dos marcadores de destaque na agência negra é sua maestria em sacolejar os discursos dominantes, ao passo que propõe mudanças, que não somente remexem cotidianamente, como também tensiona à uma nova visão quanto a construção de uma dinâmica societária.

Damos ênfase nas contribuições de atores sócio políticos já mencionados que impulsionaram a materialidade de ideias, sobretudo a partir de 1944, com as novas organização e geração intelectual, dentre eles Abdias do Nascimento (2004), Clóvis Moura (1983). De um lado, Nascimento no rastro da valorização social e artística da cultura afro-brasileira e do outro Moura no resgate da narrativa das lutas sendo os negros os atores fundamentais desde de Palmares até as movimentações quilombolas, recontando que o protagonismo negro não limitou-se a época escravista.

Não obstante, era crucial um maior fortalecimento perante as discriminação, preconceito, racismo, nessa conjuntura surgiu no final da década de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU), assim sendo, o movimento atravessaria as décadas seguintes, ora recusando se aproximar da institucionalidade (Leitão; Silva, 2017), ora fazendo crer em uma dicotomia política/cultura e secundarizando a luta das mulheres negras (Pereira, 2013).

Apesar disso, rebuliços ocorreram e afetaram os movimentos sociais no período entre 1980-2000 efeito da conjuntura nacional e internacional. Em 1991, com a imposição da

agenda neoliberal debilitou o Estado com temas sociais, influenciou diretamente nas vidas negras (Domingues, 2008; Dagnino, 1994). No entanto, a aparição das Organizações Não Governamentais (ONGs) focadas em temas raciais e com representatividade feminina negra acabou por ganhar força, tais como Geledés, Fala Preta! Organização de Mulheres Negras e Crioula (Santos, 2009b).

Sobreleva, as modificações acometidas pós o evento internacional pós Durban, ocorrido em 2001 no combate ao racismo no Brasil a partir da Declaração e do Programa de Ação firmados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas da Organização das Nações Unidas.[9] A nova era alinhada com o acontecimento de Durban contou com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo, em 2003 e a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Nesse enquadro, ainda em 2003, algumas instituições de ensino, implementaram as ações afirmativas, entre elas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado da Bahia e no ano seguinte Universidade de Brasília (UnB). Apesar das novas perspectivas trazidas pela inserção da população negra nas instituições de ensino superior. Não evitou os sucessivos ataques e desmonte da educação e o progresso da ciência gerados no governo de Jair Bolsonaro compreendido entre os anos de 2019-2022, em que o retrocesso das políticas públicas foi pauta de críticas pelos principais órgãos responsáveis em todo o país.

Evidenciando, o atraso em distintas políticas públicas e também referentes às pautas raciais. E mesmo com a volta do governo Lula, em 2023, é perceptível as enormes lacunas deixadas pelo seu antecessor, sendo vital que as mobilizações dos movimentos sociais ocorram em busca de resoluções efetivas nas políticas.

Em um movimento sociopolítico de expressão e denúncia social, a cultura negra brasileira, oriunda de uma ancestralidade potente e da reunião de inúmeras lutas daqueles que nos antecederam tornou-se uma bandeira de resistência desde então. O povo negro através de sua ancestralidade acionou esse reforço de seus antepasados como uma sobrevida diante das urgências e ausências do Estado.

As expressões artisticas rodeiam a população negra em sua ambiguidade ora como

[9] SANTOS, Mirtes Aparecida dos. "Pós-Durban": a importância da Conferência Mundial de Durban para o combate ao racismo no Brasil (2001-2014). 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) ─ Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

grito de socorro, ora como grito de alegria, desde do período escravocrata em que negros e negras se reuniam em seus espaços após as longas servindo aos donos de engenho, no qual enxergavam na capoeira um modo de sobreviver e uma conexão coletiva.

Para a população negra o coletivo propõe muito mais do que apenas perceber traços comuns em outros corpos, mas como estratégia de segurança, recentemente em entrevista ao podcast osnordestinospelomundo[10], conteúdo o qual tem por proposta entrevistar e abrir espaço para artistas da cena do nordeste. A artista cearense Muriel Cruz conhecida por seu nome artístico mumutante é pontual quando primeiro desmistifica a noção de "sair da zona de conforto" no qual a artista declara que jamais sentiu como se estivesse num lugar de conforto, e continua dizendo que o fato de estar "em bando" nos locais traz um sentimento de segurança que compartilham com você da mesma vivência e se reconhecem nesses espaço.

Esse recorte reafirma o sentimento do coletivo e a sua importância para pessoas negras, o que nos lembra que as expressões artísticas que tem amplitude massiva são originárias das periferias. Sendo diferenciada daquilo que é comumente consumido pela elite e que em sua maioria não é acessado de maneira plena pelo restante da população.

Da Silva (2005) chama a atenção para o preconceito dominante que considera o artista negro brasileiro como "primitivo" e "naïf" (ingênuo). As academias de arte europeias, por exemplo, sempre reforçaram a ideia de que a arte africana era "menor" em termos artísticos, por não se enquadrar aos dogmas preestabelecidos pelo classicismo, que relacionava o ideal de beleza à proporcionalidade da forma. Nesse ambiente abre-se precedente quanto a representação da mulher negra no cenário artístico, outrora pessoas negras eram retratadas numa perspectiva inferiorizada e no caso de mulheres negras com o enfoque da hipersexualização, o que reforçava um estereótipo de objetificação. Gonzalez (1980) exemplifica o cenário da hipersexualização da mulher negra tendo como pano de fundo o carnaval. Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. Sonha com esse sonho dourado, conto de fadas no qual "A Lua te invejando fez careta/ Porque, mulata, tu não és deste planeta". E por que não? (Gonzalez, 1980, p.228)

A autora evidencia que por trás de todo glamour do carnaval nele existe uma violência simbólica que ocorre no momento de seu endeusamento na avenida, mas que não se estende no seu cotidiano no qual essa mulher negra é inviabilizada, invalidada e silenciada. Ou seja, o

[10] FONTE > Podcast #222 Mumutante | Os nordestinos pelo mundo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2PODp_EGBek . Acesso em: 01 abr. 2024

conto de Cinderela para mulheres negras acaba bem antes da meia noite. A aproximação com coletivos femininos fizeram com que houvesse uma ressignificação da aparição da mulher negra e seu protagonismo e afirmação de sua identidade.

Sobre o mesmo assunto, Zeca Ligiéro (2011) em nossa história, essa restauração de comportamentos na performatividade também remonta a um mundo que deixou de existir e às próprias memórias, ou seja, remete-se à conexão com a ancestralidade e outras perspectivas de leitura do mundo (Ligiéro, 2011).

A vida e arte se entrelaçam nesse repertório que possui como pano de fundo o cotidiano, é na centralidade da vivência das mulheres negras e da população negra que estão inscritos seus maiores atos de resistência. O contato direto e continuo com as pautas de resistência também cansa os corpos negros, a cultura também deve trazer esse acolhimento para esse grupo, nesse pensamento de alívio em meio as lutas, Achille Mbembe tem muito a dizer:

> O racismo alimenta a necessidade de diversão e permite escapar ao aborrecimento geral e à monotonia. Parecemos acreditar que são apenas atos inofensivos, sem o significado que lhes atribuímos. Ofendemo-nos que nos policiem quando nos privam do direito de rir, do direito a um humor que nunca é dirigido contra si mesmo (autoderisão) ou contra os poderosos (a sátira, em particular), mas sempre contra o mais fraco – o direito de rir à custa daquele que pretendemos estigmatizar o nanorracismo hilariante e desordenado, bastante idiota, que tem prazer em chafurdar na ignorância e que reivindica o direito à estupidez e à violência geradas pela ignorância (MBEMBE, 2017, p.101).

No recorte de gênero a presença de mulheres negras nesses passos de expressão corporal e verbal. Seguindo Leda Martins (1995) referência quando o assunto é o termo performance negra nos direciona para um condicionamento anteriormente mencionado que é a ancestralidade. Martins nos diz que os sujeitos negros se conectan a sua ancestralidade e que por meio delas são anunciadas suas maiores fontes de expressão. De acordo com a autora, esse movimento está atrelado àquilo que denomina como um ethos africano — que não estaria determinado pela cor da pele, mas na cosmovisão africana, onde multiplicidade, pluralidade e ambivalência são recorrentes (Martins, 1995).

É nesse meio o qual também nos salva quando recordamos que há um caminho longo de escrevivência termo cunhado por Conceição Evaristo (2020) que faz a junção de “escrever”, “viver” e “se ver” esse fenômeno da escrevivência nos retira de un lugar históricamente subordinado e que os corpos negros não possuiam nenhuma liberdade e suas vozes eram silenciadas, é através da escrita e da subjetiva que os guarda na confusão sadia entre a escrita e a vivência.

> E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra e a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (Evaristo 2020, p. 11)

Diante dos atalhos encontrados pelo povo negro de continuar vivo e ecoando suas histórias, arte não poderia ser caminho melhor para isso, e por falar em contar histórias, aqui inscrevemos duas histórias recentes, a primeiro a nível local ocorrida no Estado de Pernambuco e a segunda na Marquês da Sapucaí embora separados por quilômetros e contextos distintos, o personagem central de ambos enredos: O negro, resplandece em seu protagonismo por direito.

O Estado de Pernambuco é o berço e a mãe de nascimento da cultura nacional daqui saem música, dança e culinária. A exposição do artista recifense Jeff Alan[11] intitulada "Comigo ninguém pode" - A pintura de Jeff Alan exposta na Caixa cultural em meados do final de 2023 até o começo de 2024, a exposição é composta por mais de 57 obras, sendo 19 delas inéditas e que tem por curadoria assinado por Bruno Albertim.

O artista expressou sua felicidade em postagem em rede social: "Estou muito feliz! Uma vida inteira...", escreveu ele, que é daltônico e pinta desde a infância motivado por sua mãe, Lucilene Mendes. O artista já teve suas obras expostas na França e Inglaterra é morador do Barro, na zona oeste do Recife, Jeff expressa com vivacidade e beleza em suas telas que são protagonizadas por pessoas pretas e periféricas, que contam e recontam histórias palpáveis do cotidiano do recifense e que estão escritos nas pinturas em molde de títulos que evocam toda a vontade, coragem e esperança para o povo preto.

Paralelamente, no mês mais festivo brasileiro, o carnaval abriam-se as avenidas para a passagem das escolas de samba e seus enredos repletos de histórias imponentes e emblemáticos, foi isso que escola de samba Portela inspirado na obra literária altamente reconhecida para seu samba-enredo, a obra intitulada Um defeito de cor escrito por Ana Maria Gonçalves publicado em 2006. O livro baseado em fatos históricos ilustra a trajetória da ex-escrava Luísa Mahin, figura importante na Revolta dos Malês, na Bahia, tida como mãe do abolicionista Luiz Gama.

Na obra, Luísa, também conhecida como Kehinde, volta ao Brasil, cega, para procurar o filho desaparecido. O motivo da escolha para o samba-enredo foi que a vida de Luísa

---

[11] FONTE > https://www.folhape.com.br/cultura/jeff-alan-ocupa-galeria-da-caixa-cultural-recife-com-exposicao/300239/. Acesso em: 01 abr.. 2024

"poderia ser a história da mãe de qualquer um de nós, ou melhor dizendo, é a história das negras mães de todos nós".

Em entrevista ao Estadão a presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)[12], Iraneide Soares da Silva, avalia que o livro Um defeito de cor, nas palavras dela “ultrapassa a literatura” avalia que Um Defeito de Cor é um livro que "ultrapassa a literatura". e que segundo ela inscreve não somente a ficção, mas a história do Brasil, a história das mulheres negras dessa pátria e que é impensável imaginar essa época festiva do carnaval sem a população negra.

Essas duas histórias se cruzam na celebração dos negros e negras que não mais estão atrás das cortinas, cozinhas, navios negreiros, mas nas galerias de arte, nos desfile das escolas de samba. A utopia em que todos terão a liberdade de existir, em seus corpos, ora parecem distantes, ora nesses efêmeros instantes da celebração da vida do povo preto há de se ter esperança que um dia, como diria a canção de samba ecoada por Clara Nunes “o sol há de brilhar mais uma vez” e acrescento dizendo na esperança de alcançar o coração do meu povo preto.

Com a intenção do reconhecimento da população negra na frente das revoltas abolicionistas e pós abolição, a efervescência e luta cotidiana das mobilizações dos movimentos sociais e o enaltecimento da cultura negra brasileira e suas riquíssimas contribuições para o movimento negro no Brasil, que se busca retomar o protagonismo negro na historiografia nacional, assim como debater as movimentações que estão sendo realizadas no ambiente acadêmico para que as pautas citadas transitem em amplitude nos espaços e não se resume somente uma quadro bibliográfico completamentar, como também num painel que permita uma discussão que transversalize as principais mesas que competem a profissão.

[12] FONTE> https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2024/02/6802591-um-defeito-de-cor-classico-brasileiro-inspirou-desfile-da-portela.html. Acesso em: 01 abr. 2024

4 As narrativas contadas sobre o negro na educação escolar e as possibilidades da descolonização dos currículos no ensino superior

Por fim, neste tópico abordaremos como o sistema educacional apreende as questões raciais, em particular na formação em Serviço Social. Analisamos a partir do ensino fundamental até o ensino superior, e este último juntamente como os órgãos representativos da profissão, nesse caso o conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS tensionam as lutas antirracistas junto aos processos de trabalho que compõem a profissão. Nesse panorama de intensa disputa epistemológica e política, há de se pautar a necessidade do caráter crítico, sistemático e investigativo para afinar os debates que norteiam a representação da figura do negro no ambiente educacional e os desdobramentos de um pensamento racista sendo levado para os demais espaços da intelectualidade. Porquanto, assim há uma celeridade de pautar acerca da revisão dos currículos, em função da relevância que o debate sobre as categorias de raça e gênero subsidiar para o processo de formação dos sujeitos do conhecimento e que em caso de, apartamento desses assuntos alinhado com os compromissos que permeiam a profissão em seu caráter dimensional teórico metodológico, ético político e técnico operativo, pode suceder em uma estruturação intelectual com fissuras preocupantes no tratante da execução e na resolução efetiva das demandas sociais.

4.1 A representação do negro no sistema educacional brasileiro

Sabemos da importância de uma construção do saber e da aprendizagem alinhado com uma proposta política comprometida com eficácia no ensino e aprendizado que corrobora com a formação crítica dos indivíduos e quando trata-se da educação escolar primário redobrar atenção com esses sujeitos e quanto a população negra, seu acesso e representatividade percebe-se com maior cuidado as urgências nos debates raciais e uma revisão na postura frente o racismo institucional e a implementação de uma educação antirracista e que viabilize as discussões de emergir e se aprofundar.

As urgências sempre foram eminente, contudo as armadilhas e o encobrimento articulados pelo grupo dominante, faz com que o quebra cabeça parece desconexo e isolado e não o que realmente é, um efeito borboleta causado por uma sequência de eventos históricos e que atingem seu ritmo mais elevado seu. O acesso a um sistema educacional de qualidade nunca foi uma corrida igualitária entre os sujeitos de direito.

É gritante as disparidades no ponto de partida entre pessoas brancas e pessoas não brancas, onde ocorre o desnivelamento do ingresso de pessoas negras as instituições de ensino, sem contar no processo tardio de alfabetização, uma vez que uma porcentagem desses indivíduos estarem inscritos em algum nível de vulnerabilidade social, acaba por não concluir os estudos, aumentando então a evasão escolar. Conforme o relatório da Pnad Contínua: Educação[13] do ano passado e divulgado somente em 2024, mostra que somente 48,3% da população negra do Brasil conseguiu concluir o ensino médio, em comparação com a média para brancos que gira em torno dos 61,8%, enquanto no país é de 54,5%. Os dados são levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2016 e utiliza os resultados coletados no 2° trimestre (abril a junho) de cada ano e a conclusão dessa dados do ensino médio contemplam jovens brasileiros a partir de 25 anos em diante. Se descermos uns degraus abaixo e olharmos atentamente para educação básica, veremos que este é um dos elementos a serem avaliados.

Em congruência com essa temática, Ana Célia (2001) tendo como objeto de estudo a representação do negro nos livros didáticos formulou sua pesquisa com base nos livros didáticos na língua portuguesa de ensino fundamental do primeiro e segundo ano na década de 1990. No total foram contabilizados 82 livros utilizados em 22 escolas. Durante suas observações, a autora constatou as poucas aparições da figura do negro e quando havia menção era restrito a uma perspectiva desumanizada e estigmatizante, na continuidade de suas investigações a autora propõe trabalhar as noções dessa identificação do negro de mãos dadas com as discussões raciais, e alerta ainda para a baixa frequência de personagens negros.

E conclui que os livros didáticos da de década de 1990 continuavam a inviabilizar o negro, ao contabilizar as aparições de personagens brancos que totalizaram 1.360 vezes, enquanto os negros totalizaram 151 vezes. O baixo índice corrobora não apenas em um baixo indicador de representatividade negra, mas também num carácter psicológico que afeta essas crianças negras ao não se enxergarem nas obras literárias que lêem e são fonte de aprendizagem, causando um sentimento de não pertencimento e de autoestima, por esse motivo a autora também salienta a importância para a criança negra dessa construção da identidade étnico-racial e de autoestima quanto ao referencial positivo nos livros didáticos e assim, passa a entender seu papel na sociedade.

---

[13] FONTE > https://www.poder360.com.br/educacao/menos-da-metade-dos-negros-e-dos-nordestinos-concluiu-o-ensino-medio/. Acesso em 01 abr. 2024.

4.2 Instituições de Ensino Superior e o perfil curricular com foco em Gênero e Raça

O levantamento partiu de uma pesquisa exploratória pelas instituições de ensino superior (IES), incluindo apenas as instituições públicas no Brasil, estando dentre elas: a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A partir daí iniciamos um cruzamento de informações e acesso dos perfis curriculares através dos sistemas das próprias instituições que disponibilizam o acesso público para essas consultas quanto aos perfis curriculares do curso.

Todavia, das 18 instituições de ensino consultadas apenas 13 foi possível ser feita a consulta dentre as universidades que não foi possível o acesso das informações, listamos: Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Tocantins.

Observamos que num quadro comparativo entre as regiões que mais ofertam as disciplinas de raça e gênero, em primeiro posição a região nordeste totalizando 6 instituições, seguida pelas regiões sudeste e sul cada uma com 3 instituições, por fim a região norte com 2 e a região centro oeste com 1.

Traçando um comparativo dos estudos de raça e gênero nas modalidades obrigatórias e optativas, os resultados obtidos, na modalidade obrigatória no que diz respeito à raça, no total de 5 o mesmo número que a modalidade optativa, já gênero aparece em maior número na modalidade obrigatória no total 8 e na modalidade optativa no total 5.

O quadro a seguir, mostra o levantamento da pesquisa:

Quadro 1 - IES que ofertam os componentes curriculares e suas modalidades.

Nº de IES	Componentes curriculares	Modalidade: Obrigatória	Modalidade: Optativa
13	Gênero	8	5
	Raça	5	5

Fonte: LIMA, 2024.

4.3 Reflexões sobre a descolonização dos currículos na Formação em Serviço Social

Simultaneamente, o destarte para a inserção do/a assistente social na política de educação como método de fortalecimento dos debates instaurados no ambiente acadêmico. Pensando nisso que o conjunto CFESS-CRESS no ano de 2012, elaborou uma série no que tange o trabalho e o projeto profissional nas políticas sociais, documento do qual abordaremos tem por objetivo central discutir os Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.

Segundo Barroco e Terra (2012) no que concerne o aparato que inscreve as garantias quanto as respaldos da Lei de Regulamentação da profissão (8.662/1993) e o Código de Ética que servem além de suporte jurídico, como também político na orientação da defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados. Portanto, que engloba os elementos que constituem as competências do/ a assistente social, os autores citados esclarecem que os profissionais acompanham as prerrogativas estabelecidas pelos documentos destacados e que perpassam pelo cumprimento das mesmas, deixando claro que a postura referente a autonomia é oriunda de disputas, no sentido da execução das intervenções necessárias.

> Nesse sentido, é importante ressaltar que a autonomia não é dada, na verdade é construída em densas tensões no cotidiano profissional ancorada na necessidade de independência técnica para fazer escolhas que estejam em sintonia com os princípios e normas do Código de Ética Profissional na perspectiva de empreender um trabalho de qualidade, que possibilite garantir e ampliar direitos à população usuária (Barroco; Terra, 2012, p.29.

Sendo a educação um campo privilegiado tanto nos aspectos de enriquecimento quando também de empobrecimento, vê-se então a exigência no fortalecimento do projeto ético político que compete ao trabalho do/a assistente social no encaminhamento de um prisma da educação de modo emancipadora, na qualidade de possibilitar aos sujeitos sociais o aperfeiçoamento de suas potencialidades e apreensões da realidade. Nessa condição que se requisita os/ as assistentes sociais para atuarem à frente nas políticas da educação na conjuntura da garantia do acesso à educação, como também sua permanência estudantil, frisa-se nesse cenário a necessidade de profissionais de ponta para o planejamento e execução das atribuições que competem essa área em específico. Cabe mencionar nessa ocasião que durante minha trajetória na universidade, cumpri estágio obrigatório no DAE/ PROAES entre os anos de 2021 e 2022, como componente obrigatório da disciplina de Seminário Temático I ministrada pela docente Valéria Nepomuceno a qual foi elaborado um relatório de conhecimento institucional juntamente com outra colega de estágio, com o objetivo de apresentar os resultados referente às atividades do estágio supervisionado, em que nos deteremos somente ao que toca a questão da atuação do Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional e em seguida uma breve passagem quanto às dificuldades encontradas na instituição descritas por mim, como também pela minha colega de graduação e estágio.

A atuação dos/das assistentes sociais na Assistência Social perpassa requisitos próprios do projeto ético-político, que se debruça sobre as expressões da “questão social” e dos constantes embates entre as minorias e o capital. Nos últimos anos vivencia-se uma guerra de projetos ideológicos, tecnicistas, de privatização do ensino superior e dentro desse contexto turbulento que o Serviço Social resiste. A assistência estudantil é voltada para a inserção de estudantes com determinado grau de vulnerabilidade e que estes com o auxílio ofertado pela bolsa permaneçam na Universidade.

O processo seletivo envolve desde formulação do edital realizado em equipe, após o período de inscrição, as assistentes sociais ficam encarregadas de um quantitativo de inscrições a serem analisadas e a publicação dos classificados, pré-classificados e desclassificados para que os discentes tenham a possibilidade de recorrer, no caso de divergência quanto ao resultado. Dentro da análise documental conduzida pelos assistentes

sociais são observados os requisitos dispostos no edital que obrigatoriamente devem ser fornecidos, pois a ausência de tais documentos influencia na desclassificação do/a candidato/a durante o processo de análise das inscrições.

Em tempos de pandemia, esse diálogo entre os/as assistentes sociais e os inscritos foi prejudicada cabendo apenas uma comunicação em ambiente virtual através de e-mails, estes preferivelmente os e-mails institucionais para obtenção de esclarecimento e dúvidas dos estudantes. A lacuna proveniente da ausência de entrevistas, impossibilita em muitos níveis a perspectiva panorâmica da realidade socioeconômica experienciada pelos discentes. Sendo percebido que as vulnerabilidades apresentadas anteriormente foram acentuadas no período pandêmico. Em 2021 deu-se início ao recadastramento dos estudantes bolsistas classificados nos editais de Assistência Estudantil 2018.1 e 2018.2, o recadastramento é datado do ano de 2020 e nele são analisados novamente toda a parte documental, cujo objetivo é ver se a vulnerabilidade socioeconômica ainda permanece.

Neste momento, atenta-se para a centralidade do programa e da atuação dos assistentes sociais no qual recai sobre a fuga do imediatismo característico do sistema capitalista. "[...]consideramos que o caráter imediatista do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, nos programas de assistência estudantil, não é devido somente à grande demanda de trabalho. Insistimos que não se trata apenas de uma questão quantitativa, mas decorre também da própria lógica que rege as políticas sociais, na atualidade, marcada pela desresponsabilização do Estado e transferência de responsabilidade para outros sujeitos e/ou instituições, como, por exemplo, a família e organizações da sociedade civil." (Constantino, 2015. p 155).

Não se trata de uma exclusão completa, apesar do caráter seletivo, a intervenção do Serviço Social necessita está inscrita numa postura de compreensão da realidade e transpor de maneira estratégica os interesses do capital e abrir o acesso dos/das estudantes aos programas. Dentre os programas e auxílios previstos na Política de Assistência Estudantil (PAE) além do Programa de Bolsa de Assistência Estudantil (níveis 01, 02, 03, 04), incluí também: Programa de Moradia Estudantil; Programa de Alimentação; Programa Estudante Convênio de Graduação - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior/MEC; Programa de Bolsa Permanência/MEC; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio Pedagógico; Auxílio Creche; Auxílio Emergencial.

No que diz respeito às dificuldades encontradas na instituição e posteriormente a uma pequena amostragem quanto às análises realizadas nessa experiência de estágio, intui mencionar que na PROAES é possível notar a presença da seletividade nos processos dos editais referentes à Assistência Estudantil, os quais estabelecem critérios para ter o acesso

pleno aos direitos por meio das políticas sociais. No cotidiano profissional do/a assistente social na instituição é notório a presença das dificuldades inerentes ao vários desmontes e da precarização da educação superior e dos cortes orçamentários.

Durante o contexto pandêmico, ficou evidente que as dificuldades enfrentadas pelo/a profissional se acentuaram em seu cotidiano profissional. As dificuldades enfrentadas são referentes a entrega da documentação da maioria dos estudantes durante os processos seletivos dos editais da instituição. Isto porque, a maioria dos discentes não anexam a documentação ao SISTEMA SIG@, no momento da inscrição, toda a documentação solicitada pelos editais da PROAES, sendo considerado uma exceção aqueles que fazem a entrega total dos documentos.

Na instituição existe a presença da cultura da equipe técnica sempre solicitar os documentos pendentes dos discentes, cuja situação é percebida durante as análises das inscrições. Contudo, existem alguns fatores que contribuem para essa prática, como as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o envio dos documentos. Outro fator relativo à pendência dos documentos é a conscientização dos estudantes acerca da documentação pendente, visto que muitos têm conhecimento e sabem que dos/as assistentes sociais farão o pedido. Alguns discentes apresentam dificuldades relativas ao acesso aos documentos, sendo um dos principais motivos do profissional fazer o pedido, pois muitos não dispõem de aparelhos eletrônicos, como computador para fazer o envio. Já outros estudantes não sabem onde estão os documentos solicitados, consequentemente a linguagem do edital que em determinado momento dificulta a compreensão do estudante corrobora para tais barreiras entre a compreensão e o envio documental.

Dessa forma, foram feitas 16 análises das inscrições do edital de recadastramento da Assistência Estudantil 2020. Dentre esses quantitativos, 3 possuíam a documentação completa, 12 apresentavam pendências documentais e 1 análise houve a desclassificação ocasionada pela insuficiência de documentos. Assim, 18% dos estudantes apresentaram toda documentação,75% apresentaram pendências documentais e cerca de 0,06% das análises foram desclassificadas.

Advinda de uma observação contínua e crítica do contexto sócio-político atual, a PROAES inscreve-se como engrenagem participante da formação do corpo discente, através da oferta das bolsas e serviços que ampliem as possibilidades de permanência dos mesmos na academia. A atuação exercida pela equipe técnica da PROAES possui como premissa esse compromisso com os estudantes da UFPE no qual cabe a esses profissionais um caráter crítico e reflexivo que corresponda diretamente com o projeto ético político da profissão.

Embora inseridos no campo da urgência imediatista, as propostas interventivas dos/ das assistentes sociais têm como pressuposto não perder de vista a centralidade do Serviço Social nos programas e serviços em execução.

A partir das experiências individuais de cada estagiária, aliada com as experiências coletivas, identifica-se que na produção e formulação do edital da Bolsa de Assistência Estudantil ocorrem múltiplas dificuldades tanto para os/as estudantes no ato da inscrição, quanto para os /as assistentes sociais em suas análises. Por ser um edital que compõe um processo seletivo, este documento contém inúmeras requisições referentes às dimensões socioeconômicas e de vulnerabilidade provenientes dos relatos familiares fornecidos pelos candidatos. A linguagem utilizada na norma culta padrão, em muitos casos inviabiliza a plena compreensão, embora estejamos num ambiente acadêmico, deve-se considerar as lacunas que poderão surgir para aqueles que irão ter acesso ao edital.

Retornando o tema central que desvela a representação da figura do negro no ambiente escolar, correlacionado também com a reprodução do racismo institucionalizado, temos a exemplo disso, em 2020 uma estudante foi vítima de racismo[14] em escola particular do Rio de Janeiro, na ocasião Ndeye Fatou Ndiaye foi xingada através de trocas de mensagens, dentre as mensagens estão:“Para comprar um negro, só com outro negro mesmo”, diz uma das mensagens e em seguida: “Escravo não pode. Ela não é gente”.

A estudante diz que esse caso somente mostra como a sociedade tem muito o que evoluir nas discussões sobre o racismo e as questões raciais “O meu colégio é de excelência, um dos melhores do Rio de Janeiro. A gente vê que, mesmo com pessoas que têm todos os acessos à educação, à informação, continua propagando coisas extremamente racistas. É uma forma de mostrarmos que o racismo está em todos os lugares e a gente vai combater não só judicialmente, mas com conhecimento", destacou Fatou.

A representação do negro permanrce como nos livros de história do brasil repletos de esteriótipos e subalternizados e rebeldes, mesmo com passar das décadas, a insurgência de debates raciais, implementaçao de ações afirmativas, ingresso de pessoas negras as universidades, nos preocupa que para a sociedade que nos rodeia a cor vem primeiro que o sujeito e que não importa sua profissão ou nacionalidade ele sempre será percebido pela sua cor.

Sincronicamente, o cantor brasileiro Seu Jorge teceu um comentário semelhante

[14] FONTE > https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/estudante-e-vitima-de-racismo-em-troca-de-mensagens-de-alunos-de-escola-particular-da-zona-sul-do-rio.ghtml. Acesso em: 07 de mar. 2024.

durante entrevista em 2022 ao programa Roda Viva[15] quando comentou que fora do Brasil ele é percebido como um homem africano e "não um homem negro do Brasil".

A concepção eurocêntrica da percepção da cor de pele, especialmente de pessoas negras ainda é pautada numa generalização étnico-racial, a qual não há uma distinta separação entre etnia e raça, como por exemplo, o caso do continente africano que se restringe apenas a África do Sul e que comporta diferentes grupos étnicos.

Como já exteriorizamos ao tratar da colonialidade do poder e da teoria de substituição discutida no pós abolição, o marcador raça no papel da diferenciação entre os sujeitos, que culmina também na substituição desses indivíduos, que são objetificados no sistema capitalista.

Para frear que a figura do negro seja reduzida e disseminada como as listradas nos livros de história do Brasil, ou em como na maioria dos casos, apagadas da história. É preciso avançar nas leituras, debates e provocações trazidas pelas perspectiva das pautas antirracistas, para que possamos construir uma representatividade negra condizente com a realidade brasileira no qual os negros e negras são responsáveis e protagonista de seu caminho e que os demais sabedres fora daqueles reconhecidos cientificamsnte sejam validados.

Somente desta maneira obteremos as possibilidades de uma construção formativa coerente com as diretrizes regulamentadas pelos órgãos participantes do processo de trabalho que concerne à profissão, bem como a ampliação da literatura que atravessa as ciências sociais para imprimir uma pluralidade nos arcabouços teóricos que irão abarcar os debates futuros.

Diante do que foi apresentado no item acima continuamos a tratar sobre a proposta antirracista um atravessamento que inclui os núcleos familiares, educacionais como também a profissão, o Serviço Social apoia-se em um projeto ético político fortemente entrelaçado com mobilizações sociais e em meio a suas propostas está a leitura antirracista frente os tensionamentos na dinamicidade social. Embora na sua gênese a profissão tenha encarado a questão social e seus marcadores como "caso de polícia" de lá pra cá foi-se aprimorando através da aproximação com correntes importantes do pensamento incluindo o marxismo que nos ofertou pensar sobre a questão social e seus enfrentamentos cotidianos em vista de promover uma criticidade e um olhar investigativo nos fatos encarados.

Ainda sim busca-se não se afogar nas águas do marxismo sem que se procure outras

[15] FONTE > Seu Jorge no programa Roda Viva exibido em 2022. https://www.youtube.com/live/NW-R_UcBhyE?si=9xx6xDLH2wQj4dID. Acesso em 01 abr. 2024.

fontes provedoras de conhecimento, assim como bebemos dos saberes de teorias não hegemônicas oriundos de diáspora, propomos a direção antirracista para agregar todo esse conhecimento prévio. concebe-se uma das maiores problemáticas no campo da produção de conhecimento nas ciências sociais inserida numa fé cega de que o marxismo irá respaldar toda e qualquer pauta referente as expressões da questão social, apoiar-se a ferro e fogo nesse pensamento reduz a transversalidade que o Serviço Social tanto estimula em sua praxis profissional.

O perigo de endeusamento do marxismo torna-se preocupante quando o colocamos como uma única busca e não como parte de um conjunto que se complementam sendo sempre "o que o marxismo pode agregar" e nunca "o que outras correntes podem agregar no marxismo" sem repensar nossa lógica do conhecimento permanecemos no mesmo caminho falido.

Neste sentido, a agenda antirracista cutuca a automatização que envelopa a profissão há anos, mesmo com as mudanças de conjuntura dos anos mais recentes e a intensa convocação para o aprofundamento e mobilização social, em momentos cruciais a prática profissional recai no automático e superficial.

Nessa linha o que questionamos aqui é "qual(is) o(s) elemento(s) central(is) que distanciam o Serviço Social das questões étnico-raciais?" ressaltando que os aportes da profissão como o Código de Ética da Profissão (1993) quanto às diretrizes curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996) que articulam-se em conjunto no combate a quaisquer forma de discriminação, opressão ou injustiça e exige enquanto formação uma apreensão do processo histórico em sua totalidade e identificar suas particularidades.

De maneira clara entendemos que as questões étnico-raciais enquanto componente desse recorte sócio-histórico está devidamente inscrita na realidade e nas especificidades das relações sociais, segundo Martins (2013, p. 12) "[…] as relações raciais se entrelaçam às suas particularidades histórico-sociais, interferindo, agravando e aprofundando a conformação da 'questão social'".

Pode-se dizer que as questões étnico-raciais produzem um efeito borboleta no interior da questão social, explica-se daí o que Clóvis Moura (1983) nos alerta que desde do declínio do processo escravista e que este deixou resquícios internos profundos no Brasil exemplificado no fato da população negra integrar o eixo do mundo do trabalho e constar nos registros do grupo que sofre diversos tipos de violência, genocídio e violações de direitos, compreendemos também que a profissão assim como as demais que rodeiam a sociedade lidam com as demandas como em corda bamba cientes do projeto ético político profissional,

mas também as coordenadas do Estado no modo analítico das demandas.

Todavia, nos ausentar do compromisso a qual estamos a frente por mero conformismo, autossabotagem ou inércia compromete todo um projeto teórico metodológico que descortina um sistema capitalista que ora percebe-se em aquecimento, ora em declínio, mas que possui sobrevida a partir da continuidade das omissões dos indivíduos face ao alargamento das desigualdades. O fenômeno que transpassa a produção de conhecimento e estaca-se nos marcadores de gênero e raça, coroando os pensadores e estes por sua vez não demonstram quaisquer preocupações com questões além do seu campo de interesse tornando o arcabouço teórico metodológico previsível e superficial. Pois não traz a tona os demais elementos que se conectam a uma totalidade e se porventura traços étnicos raciais são inseridos estes ficam sob responsabilidade exclusiva de pensadores negros e negras colocando em seus ombros a missão de educar toda uma sociedade sobre a pauta racial, em vez de coletivamente fomentar a discussão, já que a pauta antirracista tem por uma de suas finalidades atingir a estrutura em que está alojada.

Reforça-se também uma visão mais atenta ao perfil de assistentes sociais e relevância na captação desse aspecto, dado que os profissionais que lidam com a matéria expressa através dos marcadores de raça e gênero dentro do processo de trabalho, em conjunto são sujeitos dessa conjuntura. Ao tencionar com relação a isso, o conjunto CFESS-CRESS engendra uma perspectiva quanto ao perfil dos profissionais em exercício que integram o quesito raça[16].

Com isso, através dos resultados obtidos, observamos que metade do quadro de profissionais auto reconhecem sua cor/ raça: preta/negra ou parda o que totaliza 50, 34% dos participantes, em seguida estão as/os profissionais que autodeclarados brancas/os com 46,98%.

É importante ressaltar que apesar dos dados do último censo demográfico divulgado em 2010, nos quais há um significativo aumento na liderança de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, não desvia-se do fato de que o acesso desse grupo à espaços de formação profissional no Brasil ainda fica a cargo a população branca que continua dominando esse espaço.

Os desafios postos no campo profissional, muitas vezes tendem a encobrir a faceta de se aferir a identidade profissional por trás das intervenções cotidianas na sociedade. O

[16] FONTE> Perfil de Assistentes Sociais No Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício Profissional. CFESS, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1922. Acesso em 31 de mar 2024.

processamento dessas discussões por vezes lenta, não pode ou deve ser deixadas de lado, em função disso, nota-se o esforço contínuo da categoria em pautar as questões étnico-raciais e aprofundar a literatura das lutas antirracistas a fim de que a profissão e seus profissionais aproximem-se dos dados empírica dos sujeitos sociais.

Na mesma sinergia dessa postura na busca de aproximações nos debates raciais e antirracista, o enfoque dessa vez é o exercício profissional antirracista, uma atribuição efetuado pelo CFESS-RJ datado do ano de 2023. O termo de orientação em questão tem por finalidade conduzir os o exercicio profissional numa perspectiva antirracista, além disso, considerar o aspecto racial da população atendida pela categoria, emputa-se o fortalecimento do compromisso da profissão quanto ao "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (BRASIL, 2012, p.24).

É importante também conceituar os termos raça e racismo, dado que ao tocarmos nesses aspectos em referência a população negra, o entendimento de ambos os conceitos desvela sobre os desafios subsequentes nos quais a categoria tem por comprometimento gerir uma ação combativa. O conceito de raça está atrelado a uma visão biológica, conservadora e ultrapassada que denota uma supremacia de uma raça em detrimento de outra. Em contramão a essa conceituação, entendemos raça a partir do que Silvio de Almeida (2019. p.18) refere-se à raça socialmente construída e como um "[...] conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas".

Conjunturalmente, a sociedade brasileira convive com um marcador que cabe mencionar que é o mito da democracia racial que confere a ideia de que as relações sociais não possuem conflitos que tenham por base a raça. Tal idéia sem precedentes há muito tempo caiu por terra, através de pesquisas elaboradas por intelectuais negros e demais organizações voltadas para a temática racial. É aí que compreendemos a estruturação do racismo e seu conceito no qual alicerça-se em características fenotípicas com fins de justificar atribuições positivas ou negativas a esses sujeitos. Sobre a mesma ótica, Silvio Almeida nos afirma que [...] ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente (Almeida, 2021, p.07).

Ademais, no que interessa as particularidades que reúne as reflexões do trabalho profissional com respeito a instrumentalidade das/dos assistentes sociais, composto pelos formulários, sistemas, pesquisas, o quesito da cor/ raça/ etnia na saúde pública deve

apresentar a mesma substancialidade que os demais instrumentais. A incorporação dessas discussões ao ambiente da saúde, teve ocorrências expressivas, por exemplo: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009), da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (2002) foram algumas delas.

A vinculação entre racismo e a vulnerabilidade em saúde demonstra que esses elencos correlacionados sobremaneira indicam um fundamento de corporeidade para elucidar as disfunções arremetidas pela população negra frente à cegueira institucional.

Para culminar num rigor no trabalho instrumental que norteiam o cotidiano da/o assistente social na recognição e no respeito à diversidade étnico-racial, citamos as mudanças promovidas na Lei 9.394/96, pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, compõe uma obrigatoriedade no estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos de ensino fundamental e médio em instituições públicas e privadas, compreendendo que ao adentrar nos desdobramentos das diversidades etnico-racial, em vista das origens das problemáticas sócio históricas vislumbramos superar.

Nessa empreitada que buscamos realizar através de uma impulsão que nos direciona para um processo de trabalho balizado pela perspectiva antirracista. É no que interior de seus debates a presença de resoluções que concentrem também a massiva participação de assistentes sociais negros na linha de frente da formulação, planejamento e pesquisa que vise uma descentralização do conhecimento ambientado no senso comum orquestrado pelo pensamento dominante e que breca quaisquer oportunidades de painéis temáticos que gerencie o esquadriamento da materialidade expressa nos estudos de raça e gênero.

4.4 SERVIÇO SOCIAL E OS ESTUDOS DE RAÇA E GÊNERO: diálogos para a descolonização dos currículos na profissão

Nesse cenário em busca de uma nova trajetória quanto a produção epistemológico do saber que urge a necessidade de nos debruçarmos sobre a pauta da descolonização do conhecimento, embora essa expressão possa soar como nova, historicamente essas temáticas vêm sendo reverberado por pensadores e pensadoras negras que anteriormente já pensaram nas alternativas numa contracorrente ao processo de colonização. É através dos debates relacionados a interseccionalidade, do feminismo decolonial, colonialidade do poder que demonstram uma movimentação de uma saída partindo de um aspecto não hegemônico e consequentemente descentralizando o conhecimento gestado fora do eurocentrismo do saber.

Intrinsecamente, foi projeto pela colonização uma narrativa única e disseminada como

verdadeira, isso ocorreu em detrimento do silenciamento dos povos colonizados, sendo este o povo negro o qual foi historicamente escamoteado tanto pelos colonizadores como também pela produção dos saberes. É nessa ferida ao qual estamos cutucando, o antagonismo das teorias diaspóricas que apresentam-se como uma oposição à dominação do poder e do conhecimento.

Concomitante a isso, os pensadores Maria Lugones (2014) e Aníbal Quijano (2005), questionam as implicações da colonialidade para os sujeitos não brancos e sua representação em sociedade, nesse sentido as noções trazidas por Lugones ao explicitar tanto a distinção quanto o distanciamento entre os humanos (pessoas brancas) e não humanos (pessoas não brancas) se entrecruzam com que Quijano (2005), ao explicar que a partir da classificação da população mundial baseado na raça foram incorporados a outros espaços sociais.

Ambos os autores citados no parágrafo anterior dialogam como a questão racial reverberou em diversos níveis a posição ocupada por pessoas negra na sociedade moderna e no caso, de Lugones como a mulher negra foi percebida a partir de um estereótipo voltado para hipersexualização e apagamento identitário de pessoas negras que também é debatido por Gonzalez (1981) ao tratar das ideias de consciência e memória que refletem diretamente no lugar de pertencimento do povo negro e suas raízes ancestrais.

Revisitar as ideias de intelectuais negros e negras é conceber que os debates ainda agora emergentes, sempre foram uma agenda de relevância na questão racial e na produção do conhecimento. É de conhecimento comum a todos que as teorias e estudos no ambiente acadêmico norteados por pessoas negras perpassa um acirrado campo de disputa e que preferivelmente autores e autoras de renome saem na frente.

Por outro lado, ocorre um inegável privilégio no espaço acadêmico que reproduz no eixo da produção e aprendizagem os estereótipos e estigma. Sendo visível a branquitude e a pouca representatividade negra no corpo docente.

Em razão disso, quanto ao debate da presença da intelectualidade negra nos espaços acadêmicos. Carvalho (2006) produz um breve levantamento sobre docentes negros(as) considerando o território nacional em sua pesquisa nas universidades e verifica que a porcentagem de negros(as) não ultrapassavam 1% dos docentes em nenhum dos ambientes pesquisados, o autor também traça críticas quanto a inexistência de um censo racial, o que por sua vez, denota uma resistência da comunidade acadêmica, assim como resguarda seu local de privilégio. Dito isso, o mesmo autor traduz que

> A condição de exclusão racial extrema na docência superior deve ser tomada em

> conta na hora de refletirmos sobre os modelos de interpretação das relações raciais no Brasil. Paradoxalmente, foi justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil. (Carvalho, 2006, p.91)

Outro produto de análise deriva dos resultados pós Movimentos Sociais Negros na década de 1990, com a inscrição dos sujeitos nos ambientes acadêmicos adensando o quantitativo ainda que mínimo de intelectuais negros. O termo definido por Santos (2008) que cunhou essa nova onda do grupo de docentes negros que encarregado de prosseguir com o anti-racismo adquirido nos ambientes de mobilizações e transportado para a academia, com a reivindicação de una igualdade racial dentro e fora do espaço universitário. O autor também constatou que esses intelectuais negros diferem daqueles existentes na academia brasileira, precisando:

> Negros(as) intelectuais são em realidade os(as) intelectuais de origemou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes(as) intelectuais um ethos acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). (Santos, 2008, p. 11)

Nesse panorama reconstruído com a intelectualidade negra adiante de pesquisa e da produção do conhecimento. Denotando um indicador positivo para o adensamento das questões raciais numa esfera de disputas tensas. Sobre essa localidade, Gomes (2010) traduz como um novo caráter no perfil desses pensadores negros(as) executam uma nova modalidade de ótica com suas pesquisas afiando a compreensão das relações raciais no contexto sociorraciais, e com isso ajustando a visão científica para a realidade.

Nessa preâmbulo, entre entre disputas de narrativas do conhecimento, a ostensiva geminada nesses campos epistemológicos nos convoca a criticidade e o posicionamento político perante a imposição de interlocuções que inferem discursos distorcidos de uma irrealidade. É no âmbito dos antagonistas das narrativas encobertas que urge as minúcias do pensamento descolonizador do saber, assinalado por Kilomba (2016):

> Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/a reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder. (Kilomba, 2016, p.7)

Grada centraliza a problemática do discurso neutro associado ao ditado popular “estar em cima do muro, já é uma escolha”. Com isso reafirma que não há discurso neutro e que todo discurso possui um lado, um território, uma cor, engana-se quem pensa que não há territorialidade quando o assunto é o conhecimento. O Brasil vivenciou nos últimos anos a acirrada disputa no campo intelectual e científico frente ao governo da época, no frequente combate às fake news, o negacionismo e o desmonte nas áreas da educação e das ciências sociais é nesta conjuntura entende-se que o conhecimento vai além do campo intelectual e que dita os caminhos de dominação do poder.

Rumo a uma oposição bem posicionada e a uma revisão dos direcionamentos dados no campo das ciências sociais aplicadas com enfoque em seus perfis curriculares. Em especial do Serviço Social e sua proposição diante do projeto ético político, teórico metodológico e técnico operativo. Tais dimensões que tem por primazia observar, compreender e analisar as movimentações ocasionadas pelo tensionamento da luta de classes e por habitar um espaço de disputas intelectuais no ambiente acadêmico que mostra-se cada vez mais improtelável que pautas relevantes sejam inscritas nos perfis curriculares da profissão.

Acerca da temática e sua significância no aporte instrumental, além do seu caráter teórico metodológico. Dessa maneira, Arroyo (2011) analisa o currículo enquanto campo político de disputa e provoca diversos questionamentos que coincidentemente recai sobre a pesquisa que produzimos ao longo deste trabalho. Uma das provocações do autor é a acerca das grades curriculares e se estas por sua vez apresentam-se ao mesmo tempo excludentes não permitindo que novos debates sejam feitos e conservadores garantindo os conhecimentos previamente conhecidos.

Haja vista, que os perfis curriculares do Serviço Social preconiza a análise, investigação e o manuseio das dimensões que aportan seu molde interventivo e de pesquisa das novas roupagens modeladas pelo sistema capitalista e suas dinâmicas nuances, balizados também pelo Código de Ética da Profissão e das diretrizes curriculares, adjunto com o suporte das organizações que adiante concentram as discussões, resoluções e espaços de fortalecimento e resistência nas conjunturas sociais que dirigem as avaliações e técnicas das/os assistentes sociais em suas áreas de atuação.

Coexistentemente, a revisão dos currículos transfigura-se num interior ainda resguardado, patriarcal, heteronormativo e conservador que impermeabiliza a minudência que esses debates carregam consigo. Ao longo das pesquisas bibliográficas e documentais, a observância a qual fomos confrontados não promete um esvaziamento da discussão, pelo

contrário nos atreve a cada vez mais, acumular questionamentos e destravar desafios em face do quadro político, social e histórico.

Todavia, essa procissão entre indagações, resistência e investigações nos injeta as veias com o gosto da próxima descoberta ou redescoberta ao revistar uma literatura complexa, ou uma troca de ideias que culmina em redirecionamento. Nessa encruzilhada da produção do saber, da diaspórica viagem, da desobediência epistemológica como ponte política. A saída mais iminente continua sendo navegar por aquilo que achamos conhecer e pelo desconhecido que não sabemos onde irá nos levar. Para Gloria Anzaldúa (1981) de quem me apoiei durante todo o processo de escrita, de cansaços, incertezas e momentos de letargia, a autora me correspondeu em breves linhas dos quais transcrevo "É preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer(...)" do qual interpreto como uma um novo fôlego ganho na superfície para descortinar o atlântico mais a frente. Nessa finalidade que o presente trabalho encerra-se com a intuição de deixar o copo meio cheio e não esvaziá-lo da nossa experiência empírica e que a profissão atende-se por solucionar e aspirar-se que de mãos dadas com as teorias heterogêneas das epistemologias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos ao fim deste trabalho que é impensável desatrelar os estudos de raça e gênero das discussões que constam no dna do Serviço Social, visto que a profissão está inscrita na dinamicidade e nas interações sociais dos indivíduos em comunidade. E para que tenhamos tamanho dimensionamento, torna-se essencial inserir os determinantes de raça e gênero para compor nossas pesquisas, análises, e gestar ações interventivas que condizem com o projeto ético político da profissão. Debruçados sob os olhares de diferentes autoras(es) aferimos que a essencialidade dos debates a respeito dos estudos de raça e gênero já existiam, todavia eram travados em meio as disputas epistemológicas no espaço acadêmico, mesmo contando com a presença de intelectuais negros (as) na execução de uma nova modalidade de ótica com suas pesquisas face a compreensão das relações raciais no contexto sociorraciais, e com isso ajustando a visão científica para a realidade.

Desvelamos também a inserção das/dos assistentes sociais na política de educação sob o olhar da promoção e garantia da permanência estudantil. Sobre o mesmo prisma, averiguamos a representação da figura do negro nos livros didáticos nas décadas de 1990. Os

resultados observados foram que naquela época a representação do negro era visivelmente inviabilizada, se comparado com a figura do branco.

Logo, a reflexão que fazemos a respeito dos estudos de raça e gênero e a maneira às quais estão sendo apresentados na formação em Serviço Social e nas instituições de ensino superior, nos desperta para para o tensionamento e também para a territorialidade presente nesses espaços. De modo que ao mapearmos algumas instituições de ensino superior, constatamos, ou melhor, vislumbramos saídas viáveis para a incorporação dessas disciplinas na grade curricular no quesito obrigatório, em uma junção múltipla dos debates preconizados pela profissão e sinalizando o marcador raça como uma expressão que dá um nó na questão social.

Nessa intenção propomos reduzir os abismos entre esses condicionantes sociais e o Serviço Social, mediante a introdução de teorias não hegemônicas e subsequentemente as questões étnicos-raciais, uma vez que ambos estudos acabam por se interseccionar em seus diálogos. Assim também, não sucubimos a negligência como agentes e produtores sociais do conhecimento.

Sendo assim, é necessário posicionar-se politicamente perante as disputas no campo intelectual, por isso também optamos pela utilização de uma bibliografia que privilegie autoras (es) distantes do eixo hegemônico, como um meio de reconstruir e iniciar novos diálogos nos espaços acadêmicos para uma desconstrução provocadas pelas armadilhas de uma narrativa unilateral, desta forma abrindo caminhos diversos para elucidar, analisar e investigar as dinâmicas que acompanham os sujeitos nas esferas mais complexas do sistema capitalista, não mais olhando de um prisma homogêneo e generalista, mas transversalmente, compreendendo que os sujeitos das narrativas respondem de maneira distinta aos embates teóricos, políticos e sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico- racial na formação em Serviço Social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 422-434, jul./dez. 2018. ISSN 2238-1856. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/xvi-enpess-abepss-lanca-subsidios-para-o-debate-sobre-a-questao-etnicoracial-na-formacao-em-servico-social-275. Acesso em: 01 abr 2024.

AGUIAR, D, Alessandra Aparecida. **Currículo, território em disputa, de Miguel Gonzáles Arroyo.** Dialogia, São Paulo, n. 15, p. 166-168, 2012.

ALVES, Sirlene; RODRIGUES, Marcelino. **Arte e afrobrasilidade como expoentes de luta e resistência.** Revista Digital do LAV – Santa Maria – vol. 10, n. 2, p. 140 – 189 – mai./ago.
2017 ISSN 1983 – 7348 http://dx.doi.org/10.5902/1983734826911 . Acesso em: 04 de mar. 2024.

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas:** uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Estudos feministas, Florianópolis. v. 08, n. 01, p. 229-236. 2000

AKOTIRENE, Carla. **Cruzando o Atlântico em memória da Interseccionalidade.** In: Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais). (13 - 33p.) Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais %2 9_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359. Acesso em: 18 dez.2023.

BENTO, Berenice. **As famílias que habitam "a família"** . Soc. e Cult., Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/22396/13408. Acesso em 18 dez. 2023

Cadernos de Pesquisa: **Raça negra e Educação** [online]. Número 63, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1987. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/issue/view/96 . Acesso em: 01 abr. 2024;

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série 3 Trabalho e Projeto profissional nas Políticas Sociais.** Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/908. Acesso: 01 abr. 2024.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional.** Brasília: CFESS, 2022. Disponível: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1922. Acesso em: 01 abr. 2024.

CFESS-RJ. **Termo de Orientação Exercício Profissional Antirracista.** Rio de Janeiro: CFESS, 2023. Disponível: https://www.cressrj.org.br/termo-de-orientacao/termo-de-orientacao-exercicio-profissional-ant irracista/. Acesso em: 01 abr.2024.

DÍAZ, R. **Os reveses da ausência: as "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)** Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, p. 368. 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt. Acesso em: 01 abr 2024.

EU MAIOR. Documentário, Brasil, 2013, 90 minutos. Direção: Fernando Schultz e Paulo Schultz. Produção: Fernando Schultz, Paulo Schultz, André Melman e Marco Schultz. Disponível em: https://eumaior.com.br/#SobreFilme. Acesso em: 18 dez. 2023

FORNAZIER, Tales; GONÇALVES, Gleyka ; FAVARO, Teresa. "**Em passos firmes, linha reta":* lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 118-138, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259.

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 20 N. 2, P. 97-128, JUL./DEZ. 2015.

LIMA, Amanda; SANTANA, Marina. **Relatório de Conhecimento Sócio Institucional.** Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

LISBOA, Teresa. Gênero, **feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Rev. Katálysis. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas,** Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577. Acesso em: 18 dez. 2023.

MAIA, R, BRUNA. S; MELO, D, S, VICO. D. **A colonialidade do poder e suas subjetividades.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 2 Julho. 2020 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print)

MATIAS, Santos, V. (2018). **Notas Desobedientes : Decolonialidade e a Contribuição para Crítica Feminista à Ciência.** Psicologia & Sociedade, 30, e200112. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?lang=pt. Acesso em: 01 abr. 2024

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA. O. F. de. **Intelectualidade Negra e Produção do Conhecimento na Educação Brasileira.** Revista Ensaios e Pesquisas em Educação – 2016.2 / VOL. 01.

PEREIRA, Carolina; SCHUCMAN, Lia. **O lugar das práticas artístico-culturais na Ciências Sociais.** João Pessoa, v. 1, n. 26, p. 55-70, jan./jun. 202. Acesso em: 04 de mar. 2024.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?.** Salvador: EDUFBA, 2011. 182 p.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. 20(2):71-99, Jul.-dez. 1995. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 . Acesso em: 18 dez. 2023.

Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/6484349. Acesso em: 02 de set. 2022.

Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: https://fsso.ufal.br/graduacao/servico-social/disciplinas-1/matriz-curricular/2019. Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://goias.ufg.br/p/13463-matriz-curricular-ss. Acesso em 02 de set. de 2022.

Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://www.ufpe.br/servico-social-bacharelado-ccsa. Acesso em 02. de set. 2022.

Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://servicosocial.ufsc.br/. Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/servico-social/informacoes-do-curriculo. Acesso em: 02 de set. 2022.

Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=100. Acesso em 02 de set.2022.

Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://www.quixada.ufc.br/servicosocial/.Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em:https://servicosocial.ufes.br/grade-curricular. Acesso em : 02 de set. 2022.

Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/16806977. Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal do Pará. Disponível em: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/10471038. Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal do Piauí. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=157. Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://ess.ufrj.br/index.php/grade-curriculo-e-fluxograma. Acesso em: 02 de set. 2022.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf. Acesso em: 02 de set.2022.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=907. Acesso em: 02 de set. 2022.

Universidade Federal do Tocantins. Disponível em:https://ww2.uft.edu.br/index.php/servico-social/matriz-curricular. Acesso em 02 de set.2022.

Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurriular.uff. Acesso em: 02.de set. 2022.